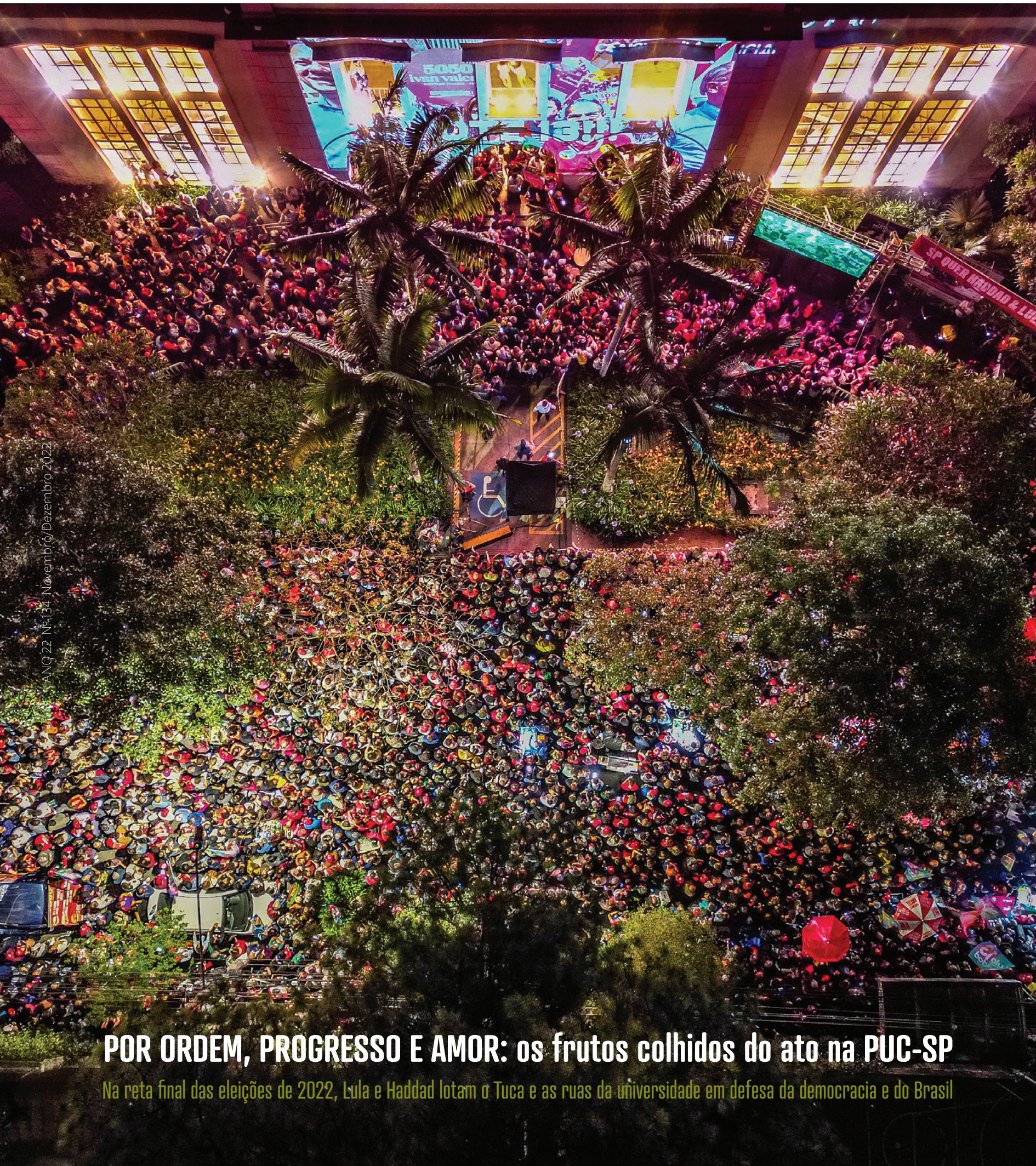


ontraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP



ANQ 22 Nº 134 Novembro/Dezembro 2022

POR ORDEM, PROGRESSO E AMOR: os frutos colhidos do ato na PUC-SP

Na reta final das eleições de 2022, Lula e Haddad lotam o Tuca e as ruas da universidade em defesa da democracia e do Brasil

Editorial

Um Novo Respiro

Ganhamos. A democracia e a liberdade jornalística ganhou. A sociedade ganhou. Venceu o discurso sóbrio. Venceu o discurso que falava sobre amor, união e com enfoque no desenvolvimento de nosso país.

A PUC mais uma vez foi palco da resistência: 45 anos depois da invasão, novamente estávamos lá. Não há registros de quantas pessoas estavam no Ato em Defesa da Democracia e do Brasil, porém a foto de Ricardo Stucker mostra a potência de tantos indivíduos, diversas gerações contribuindo para a festa da democracia. Foi histórico, foi heróico, foi incrível, havia esperança, porque todos ali sabiam que amanhã haveria de ser outro dia. E foi.

Foi difícil, foi desgastante, mas conseguimos. Se for preciso, continuaremos sempre lutando, sempre resistiremos contra discursos que beiram ao fascismo. A juventude puquiana mostrou todo seu poder de liderança e que não arrega em um momento de crise.

Ganhamos a luta, mas não vencemos a guerra. A guerra contra a fome, a miséria, o ódio, a desinformação, o desemprego, o analfabetismo, os milhares de mortos evitáveis na pandemia, a desigualdade, as queimadas ilegais na nossa biodiversidade. A batalha será longa, mas com união há esperança.

Obviamente que não somos inocentes para acreditar que o próximo presidente trará todas as soluções para a nação, mas há uma certeza: ele trabalhará por vias democráticas.

Nesses próximos anos teremos que reconstruir um Brasil dividido e destruído. Pegar cada caco e juntar. Espalhar a informação de qualidade e chegar na população que nem acesso sequer a ela ou até mesmo à desinformação, tem. Remendar um país que foi dividido pelo ódio.

Foi um período muito difícil para ser imprensa: éramos hostilizados, desacreditados, atacados moralmente, física ou oralmente. Uma profissão que se tornou resistência. Muitos quase desistiram, mas não poderiam, porque eles venceriam. E é o que eles querem, eles temem a nós. Quem diria que com o poder da nossa informação, moveríamos sociedades, traríamos inimizades e, agora, seríamos amados por muitos. Nunca nossa voz foi tão importante.

A imprensa tem muito que aprender com tudo que aconteceu nos últimos anos, ela teve papel direto para a ascensão da extrema-direita. No entanto, uma coisa é certa: o jornalismo saiu credibilizado e mais forte do que nunca nessas eleições. Se não fosse pelo conglomerado de mídias, nunca saberíamos quantos mortos na pandemia o Brasil registraria. Não saberíamos dos casos polêmicos envolvendo a família Bolsonaro e seus adeptos do governo. Não saberíamos das queimadas na Amazônia ou até mesmo a política de hecatombe contra a população negra e pobre. O jornalismo se provou essencial para sociedade e sua existência é inerente à democracia.

No ponto de ônibus da estação das Clínicas, na segunda, dia 24, pré-eleições, havia uma intervenção em lambe-lambe dos mortos pela pandemia com os dizeres "vote por mim". E votamos. Infelizmente, o trabalho foi vandalizado na noite do mesmo dia, um sinal de que ainda devemos nos manter em alerta.

Qual será o papel da imprensa diante disso tudo? O mesmo. Continuar a divulgar as informações de interesse público e não privado, que se tornarão conteúdo de debate para o espaço público. Não aceitaremos discursos golpistas, jogaremos sempre dentro das linhas da democracia. A livre imprensa só existe em pleno exercício democrático, então como formadores e disseminadores de opinião e informações, continuaremos até o fim como eternos vigilantes. Como diria Belchior, sempre desobedecer e nunca revenciar.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitora Maria Amália Pie Abib Andery

Vice-Reitora Angela Brambillia Lessa

Pró-Reitor de Pós-Graduação Márcio Alves da Fonseca

Pró-Reitora de Graduação Alexandra Fogli Serpa Geraldini

Pró-Reitora de Planejamento Avaliação Acadêmicas Marcia Flaire Pedroza

Pró-Reitora de Educação Continuada Profa. Dra. Altair Cadrobbi Pupo

Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Profa. Dra. Mônica de Melo

Chefe de Gabinete Mariangela Belfiore Wanderley

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretor Fabio Cypriano

Chefe do Departamento de Comunicação MiSaki Tanaka

Vice-chefe do Departamento de Comunicação Mauro Peron

Coordenador do Curso de Jornalismo Diogo de Hollanda

Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo Maria Angela Di Sessa

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann

Editora-assistente Rafaela Reis Serra

Secretário de Redação Carlos Gonçalves

Fotografia Sophia Linares

Mídias Sociais Ramon Baratella, Maria Ferreira dos Santos

Editorias

Artes Carlos Gonçalves

Comportamento Bianca Novais

Cultura Evelyn Fagundes

Direitos Humanos Fernanda Querne

Economia Pedro Catta-Preta Martins

Educação Julia Takahashi

Esportes Lucas Malagone

Internacional Gabriela Costa

Moda Malu Marinho

Política Hadass Leventhal

Revisão Enrico Souto, Gabriel Porphirio Brito, Gabriela Costa, Giulia Aguilera, Isabela Mendes, Isabella Pugliese Vellani, João Curi, Julia Nogueira,

Laura Mariano, Sabrina Alvares e Victoria Nogueira

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Fabio Cypriano, José Arbex Jr., Maria Angela Di Sessa e Pollyana Ferrari

Ombudsman Marlyvan Moraes de Alencar

Foto da capa Ricardo Stuckert

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes
CEP 05014-901 – São Paulo/SP
Fone (11) 3670-8205

Ed. Número 134 – Novembro/Dezembro de 2022

Por Ordem, Progresso e Amor: os frutos colhidos do ato pró-democracia na PUC-SP

Na reta final das eleições de 2022, Lula e Haddad lotam o teatro da PUC-SP, o TUCA, em ato em defesa da democracia e do Brasil

Por Artur dos Santos, Marina Daquanno Testi, Marina Figueiredo, Maria Ferreira dos Santos e Rafaela Reis Serra



© Maria Ferreira dos Santos

Lula e Haddad reforçaram suas promessas de investir na educação

“ Acho que todos aqui tiveram um ponto em comum nos discursos: o Brasil que a gente quer é um país mais amoroso. ”

Denise Fraga, em confissão ao Contraponto.



© Maria Ferreira dos Santos

O “Ato em Defesa da Democracia e do Brasil com Lula e Haddad” reuniu centenas de pessoas tanto fora quanto dentro do TUCA, teatro da PUC-SP. Em ambos os espaços aconteceram diferentes performances artísticas como, por exemplo, espetáculos circenses com bambolês, perna de pau e pinos de boliche, que ocorreram na área externa. O início do evento no interior do local foi marcado pela apresentação da atriz Roberta Estrela D’Alva. A intérprete citou a obra “Quarto de Despejo”, de Maria Carolina de Jesus, ao utilizar a frase: “o Brasil precisa ser dirigido por alguém que já passou fome. A fome também é professora”.

O advogado Marco Aurélio de Carvalho, do grupo Prerrogativas – uma das

entidades organizadoras do evento –, relembrou os episódios “históricos” que aconteceram no teatro da Pontifícia, em especial a invasão militar comandada pelo general Erasmo Dias, que neste ano completou 45 anos. “A PUC nunca se escondeu na conveniência do silêncio, nunca se omitiu e não seria evidentemente agora que isso aconteceria”.

A apresentadora Mônica Iozzi e a ativista Preta Ferreira estiveram sob o comando da condução do ato. Foram elas que introduziram os apoiadores políticos das candidaturas dos petistas ao público. Ao convidar os presentes a cantar o hino nacional, Iozzi e Ferreira declararam que as cores da bandeira do Brasil são de “cada brasileiro”.

© Maria Ferreira dos Santos



Mônica Iozzi e Preta Ferreira

Fazendo uso repetidas vezes do jargão “companheira e companheiros” Marina Silva, figura importante na campanha de Lula, informou que aquele momento era uma festa devido a “diversidade social, diversidade cultural, diversidade política, diversidade étnica e estética” ali presente. A ex-ministra do Meio Ambiente afirmou que a democracia está em perigo diante do crescimento do bolsonarismo e que para defendê-la divergentes alianças foram feitas para impulsionar Lula, como exemplificação Marina citou a união dela e de Simone Tebet. “O presidente Lula conseguiu juntar várias mulheres e, recentemente, duas mulheres que eu não me canso de dizer: uma preta, uma branca, uma do Mato Grosso, outra nascida lá no Acre, uma católica e uma evangélica, uma ambientalista e uma mulher que conhece o desenvolvimento rural”, evidenciou Marina Silva.



© Maria Ferreira dos Santos

Apesar das divergências políticas, diversos agentes se unem para impulsionar candidatura de Lula à presidência

Marina também cutucou “o outro lado” em sua fala, o mesmo foi feito por Fernando Haddad, derrotado por Tarcísio de Freitas ao governo de São Paulo no segundo turno. “Bolsonaro é a representação de tudo de ruim que aconteceu no Brasil [...] às vezes eu acho que as pessoas já perderam a noção do quanto a gente já se rebaixou tendo essa figura grotesca na presidência da República”, declarou o então candidato.

Na ocasião, foi lembrada a polêmica fala de Jair Bolsonaro (PL) sobre ter “pintado um clima” entre ele e meninas venezuelanas. Janja, futura primeira dama, estava usando uma camisa da Campanha Nacional de Mobilização de Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, cujo nome é “Faça Bonito”. Também foi a socióloga que chamou ao palco crianças para cantar a música “Sem Medo de Ser Feliz”, canção da campanha de seu marido.



© Maria Ferreira dos Santos

Rosângela da Silva, a Janja, estimula o público do TUCA a cantar música e ecoar gritos da campanha petista

Simone Tebet, ex-presidenciável pelo MDB, chegou direto de Niterói ao ato. “Eu e Lula pensamos muito diferente em muitos pontos, mas há algo muito maior que nos une: o nosso amor pelo nosso país, pelo nosso povo e pela democracia [...] Hoje nosso grito é contra todo o retrocesso civilizatório de um presidente da República desumano”, afirmou Tebet, que se tornou personagem imprescindível na corrida de ‘vira-voto’ no segundo turno.



© Maria Ferreira dos Santos

Esperança e união são os valores que Lula vinculou à sua campanha eleitoral

Justamente pela sua dedicação para angariação de votos, Tebet “caiu na graça” do eleitorado petista, não só foi aplaudida dentro e fora do teatro, como recebeu comentários positivos via chat, uma vez

que o evento estava sendo transmitido ao vivo pelos canais do YouTube, da TV PUC e de Lula. Ao final de sua fala, a senadora reiterou que “Não há dois candidatos [à presidência da República], há apenas um porque só há um candidato democrático nesse segundo turno”.

Lula foi o último a discursar e pontuou o episódio envolvendo Bolsonaro com meninas venezuelanas, o racismo sofrido pelo cantor Seu Jorge durante um show, em Porto Alegre, e pelo humorista Eddy Jr. em seu prédio, em São Paulo, e os ataques à ministra Cármen Lúcia por parte do ex-deputado federal Roberto Jefferson, que recebeu policiais em sua casa com grana e tiros. Lula declarou que esses acontecimentos são graves e não poderiam acontecer, para ele, essas ocorrências fazem com “que a gente exija que esse país tenha democracia”.

O Centro Acadêmico de Jornalismo Benevides Paixão (Benê) discursou na área externa da localidade. Rafaela Reis Serra, diretora do centro acadêmico, enfatizou os ataques sofridos pelo governo Bolsonaro. “Prezamos pela democracia e apoiamos a candidatura de Lula e Haddad. Serão muito difíceis os próximos quatro anos, caso ele ganhe. Como dizia Belchior, sempre desobedecer e nunca reverenciar. O jornalismo é e sempre será resistência”.

A palavra esperança, amplamente utilizada nesta campanha eleitoral, também esteve nas falas de apoiadores. Como é o caso de Erika Hilton, em declaração ao **Contraponto**, a recém deputada federal afirmou que estava ali “em prol de um Brasil que enfrente a fome, a miséria, o fascismo e todos os horrores que estamos enfrentando”. É isso que esse ato significou para mim: um ato de esperança”. Ao final, Lula e Haddad ainda foram às janelas do teatro cumprimentar aqueles que acompanharam o ato no lado de fora graças a telões e caixas de som ali instaladas.



© Maria Ferreira dos Santos

Margarida Genevois, defensora dos Direitos Humanos, demonstrou seu apoio a Lula e Haddad

Senado em maioria de direita: como será a relação com o próximo governo?

Articulação é a palavra-chave para o funcionamento com o multipartidarismo dos representantes; oposição à esquerda fortificou a ascensão de novos partidos nas eleições

Por Hadass Leventhal, Isadora Taveira e Victória Toral

Pelos próximos oito anos, nomes conservadores e da onda bolsonarista ganharam as cadeiras no Senado, conforme foi definido no primeiro turno das eleições. Dos 27 senadores escolhidos, nove são do PL (Partido Liberal), cinco do União Brasil e dois do Republicanos, marcando um avanço da direita na política brasileira.

Destes, destaca-se a líder evangélica e ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, do Republicanos. Eleita pelo Distrito Federal, a ex-ministra expôs e agiu para impedir o aborto de uma criança de dez anos que estava grávida. Quem também se destacou foi Sérgio Moro, do União Brasil, eleito pelo Paraná e que se reconciliou com Jair Bolsonaro depois de acusá-lo de interferir na Polícia Federal em 2020.

Outro candidato que registrou uma vitória política, no Rio Grande do Sul, foi o atual vice-presidente da República, Hamilton Mourão, do Republicanos, que já descreveu o coronel Carlos Ustra, um dos torturadores da ditadura militar mais conhecidos, como um “homem de honra”.

Tais candidatos não subiram ao poder à toa. De acordo com o professor de direito da PUC-SP, Luiz Guilherme Arcaro Conci, esse fenômeno se deve ao acumulado de acontecimentos que sucederam o governo de Dilma Rousseff. “Não podemos nos surpreender. O avanço da direita no plano político brasileiro é algo que já vinha acontecendo. É um movimento que nós temos visto nos últimos anos e que ganhou força”, explica. Mas, para ele, o que precisa ser visto como novo nesse campo, é o espaço que ganhou a extrema direita.

Desde as eleições de 2018, com a queda da popularidade do maior partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), devido ao cenário de desconfiança causado pelas altas denúncias de roubo, propina e lavagem de dinheiro, fez com que os eleitores mais inclinados para o centro vissem a “necessidade” de migrar suas intenções de voto e escolhas em algo que promettesse mudanças. Ação visualizada pelos políticos de direita.

Com a identificação da perda de confiança no governo e nos partidos do momento, bem como o crescimento da sensação de desejo por inovação, novos candidatos e posições foram ganhando força, como no caso do Partido Novo.

Através de discursos voltados para o liberalismo e uma retórica de combate à velha política, alguns candidatos conseguiram atingir bons resultados nas eleições de 2018. Isso permitiu “abrir as portas” para o reaparecimento de políticos, antes pouco vistos, e o surgimento de novos.

O cenário estruturado há quatro anos serviu como base na formação da confiança para tentativas de saltos maiores nas eleições deste ano. Mesmo sabendo da baixa probabilidade de uma vitória, candidatos como o ex-deputado federal Vinícius Poit, do Novo, Soraya Thronicke, do União Brasil, se apresentaram para o público como não se enquadrando na ala bolsonarista e muito menos concordando com a retomada de um governo petista.

A alta insegurança, desconfiança e a queda econômica também serviram como pilares para a eleição de candidatos com pautas mais conservadoras. Os candidatos a senadores eleitos, que aproveitaram dessa conjuntura, são os que aprovarão os indicados ao Supremo Tribunal Federal, decidirão o procurador-geral da República e escolherão os presidentes e diretores do Banco Central. Como parte do Poder Legislativo, os senadores também aprovaram projetos de lei e emendas constitucionais.

Junto à Câmara dos Deputados, o Senado Federal é responsável pela tomada de decisões acerca da criação e extinção de Ministérios e órgãos, bem como medidas sobre moeda nacional e os limites de sua emissão. Mas, nestes casos, o processo só será oficializado com sanção presidencial.

Com esse modelo de governo e com partes das cadeiras no Senado podendo ser ocupadas não por políticos ideológicos

de centro ou de direita, mas por fisiologistas, haverá uma abertura, que se for bem aproveitada, permitirá possibilidades de negociação entre os partidos presentes no Senado e o Presidente eleito. Algo natural no cenário político. Mas com a nítida divergência ideológica, essas ações precisarão ser realizadas de maneira bem articulada, que segundo o professor de direito, deverão caminhar para visões mais inclusivas e progressistas.

Para Conci, o modelo de presidencialismo instaurado em 1988 não acompanhou mudanças sociais estruturais. “O sistema requer governos que compactuem com os partidos políticos para ter uma sustentação. Consequentemente, o partido do presidente nunca vai sustentá-lo”, afirma.

Atualmente, a situação é outra. Diferentemente de trinta anos atrás, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso governou com uma base de dois partidos, a política partidária está tão fragmentada, que o governo depende de uma conjugação de pelo menos oito ou dez partidos, o que poderá gerar mais articulações para a aprovação de apenas um projeto.

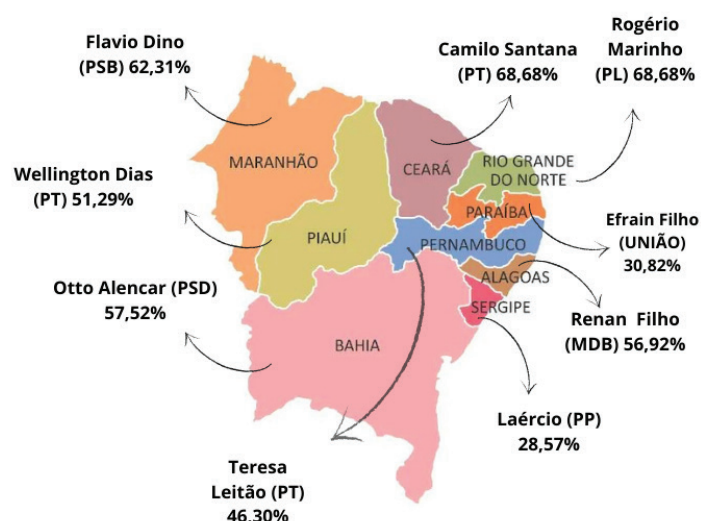
Não se pode dizer que seria tarefa fácil no caso do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo sendo considerado um bom articulista político. A aprovação de pautas mais vinculadas à esquerda poderá, segundo o advogado, demandar esforços mais pesados para se conseguir um resultado positivo. Como a expansão do direito da mulher de gerir o seu próprio corpo ou questões ligadas à comunidade LGBTQIA+, o que não quer dizer que não serão aprovadas, mas que demandarão do candidato petista, um maior esforço e ações em outras áreas ou regiões contrárias às que ele poderia projetar.

Grandes incertezas cercam o cenário dos rumos do governo brasileiro, caso eleito, Lula precisará utilizar de diálogos e articulações bem direcionadas a cada uma das vertentes presentes no Senado, o que pode diversificar os projetos políticos. Se reeleito, Bolsonaro governará ao lado de uma maioria de representantes com ideologias e ações próximas.

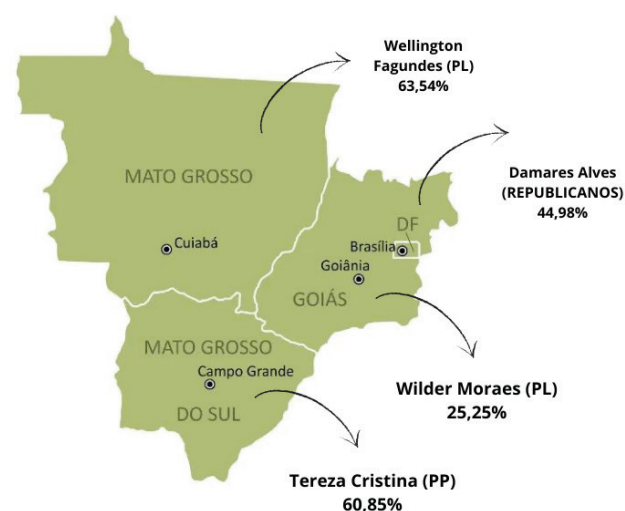
O que se pode garantir com esse resultado do segundo turno é que nos próximos quatro anos a política brasileira será sinônimo de articulação. E os projetos e indicações do Poder Executivo precisarão de altas e, provavelmente, caras manobras para conseguirem avançar no Senado.

SENADORES ELEITOS POR REGIÃO

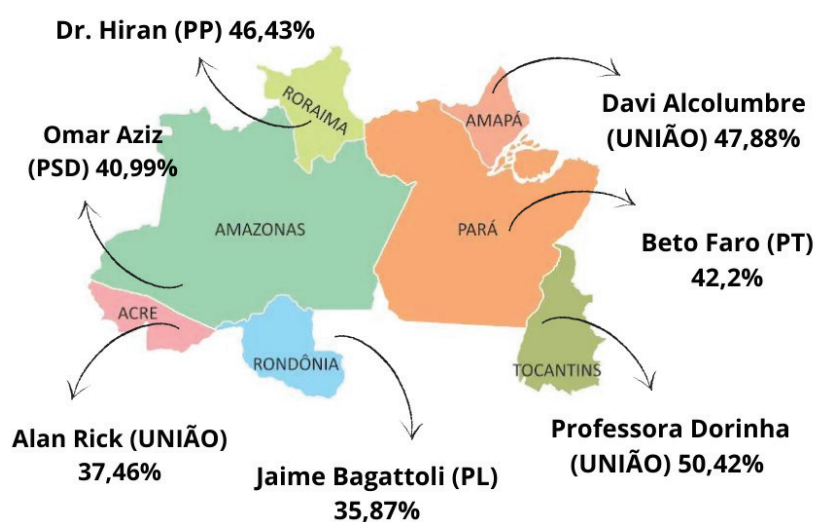
Região Nordeste



Região Centro-Oeste



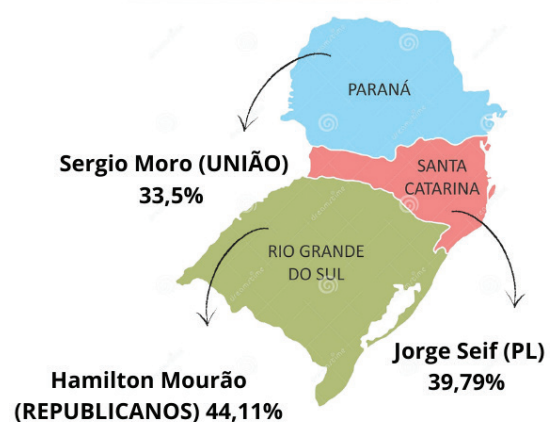
Região Norte



Região Sudeste



Região Sul



A consolidação da extrema direita ocidental e bolsonarista no século XXI

Após seu ressurgimento em meados da segunda década do milênio, segmento deixa de ser um nicho político e consolida-se como uma majoritária força política no Brasil e no mundo

Por Kawan Novais, Malu Araújo e Nathalia Teixeira, Pedro Catta-Preta e Yasmin Solon



© Kevin Lamarque (Reuters)

Bolsonaro entrega uma camisa da seleção brasileira a Trump na Casa Branca

A extrema direita tem voltado de forma escancarada à evidência global nos últimos anos. Políticas conservadoras, elitistas, xenofóbicas, antidemocráticas, autoritárias e que geram ações coercitivas contra minorias são classificadas como características desse grupo político. O termo é frequentemente usado para propagar uma ideologia extremista, preconceituosa e ultraconservadora que se sustenta com base no nacionalismo e patriotismo exacerbados.

Alguns autores identificaram as origens da extrema direita na Revolução Francesa, em uma tentativa de trazer a monarquia de volta ao poder. Porém, foi na década de 1920, com a ascensão do fascismo italiano e do nazismo na Alemanha, que esse tipo de ideologia passou a tomar proporções internacionais.

Nos últimos anos e, principalmente, na última década, a extrema-direita voltou a crescer vertiginosamente por todo o Ocidente. Desde a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, dezenas de países voltaram a acenar para essa ideologia, o pode ser visto nas urnas ao redor do mundo.

Para Arthur Murta, doutor em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, a extrema-direita ainda ganha a confiança dos eleitores pela simplicidade e rapidez de suas soluções.

Para o pesquisador, a ideologia constrói inimigos e volta seus discursos para o seu combate, o que é muito atrativo para as massas. “A população está vivendo crise, está sofrendo, não tem dinheiro, não tem serviços públicos de qualidade, o que a extrema direita oferece? Respostas simples. Dizem que o problema é o outro.”

Murta complementa sua suposição dizendo que vivemos em um mundo com problemas complexos, mas a população não quer respostas complexas. “A população tem problemas e busca alguém que

resolva rápido esses problemas. E não é quem vai explicar o processo, mas quem diz que vai resolver o problema da maneira mais rápida.”

Diversos países da Europa, principalmente, tiveram representações de partidos radicais durante seus períodos eleitorais nos últimos anos. Muitos deles foram eleitos. Um exemplo é a vitória de uma coalizão de extrema-direita nas recentes eleições na Itália, que marcou a chegada do extremismo no governo, tendo Giorgia Meloni, líder eurocética do partido Irmãos da Itália – um partido fascista fundado por seguidores de Mussolini – como a primeira-ministra. A candidata eleita tem o slogan “Deus, pátria e família” e uma campanha baseada nas políticas anti-imigração, redução dos direitos da comunidade LGBTQIAP+ e da restrição do acesso ao aborto.

Também este ano, a Suécia teve mais de um quinto de seu eleitorado votando no partido de extrema-direita “SD” (Sverigedemokraterna, ou “Democratas suecos”, em sueco) nas eleições do país escandinavo. O SD agora é a segunda maior força política do país e terá direito a 73 cadeiras no Parlamento. É a primeira vez que um partido nacionalista, que surgiu a partir de um grupo neonazista, chegou tão perto do poder em Estocolmo.

Na França, Emmanuel Macron enfrentou dificuldades para vencer a candidata Marine Le Pen, filha de Jean-Marie Le Pen que presidiu a Frente Nacional, partido nacionalista de extrema-direita em 2011. Ainda este ano, Viktor Orbán foi reeleito premiê, dando vitória à extrema direita na Hungria com seu partido como maioria absoluta no Parlamento e derrotando a coalizão opositora. A Alemanha, a Espanha, a Rússia, a Holanda e a Áustria são mais alguns países que também estão sendo representados por governos que flertam com a ultradireita.

Contexto histórico da extrema direita no Brasil

A extrema direita se consolidou como ideologia no Brasil a partir da década de 1930, através do movimento da Ação Social Brasileira (ASB), o qual consistia na organização de um Partido Nacional Fascista baseado em ideais do fascismo italiano. Mas não houve a criação oficial desse partido. A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada e liderada pelo jornalista e político Plínio Salgado (1895-1975), foi outro grande movimento também existente na década de 1930, que converteu-se em um partido nacionalista inspirado no fascismo de Benito Mussolini e se tornou um fenômeno de massas ao contar com o apoio de mais um milhão de pessoas. O AIB foi extinto devido ao extermínio de partidos políticos por Vargas, em 1937.

No Brasil, a extrema direita nunca foi o pensamento dominante. Apenas houve “temporadas” de atividade em diferentes períodos não muito duradouros. Esse ideal político existe desde a quebra da supremacia da República das Oligarquias através da Revolução de 1930, a qual deu início a Era Vargas. Durante esse período, o mundo inteiro estava sob uma crise política dada através da polarização entre o fascismo-nazismo e o comunismo.

© Reprodução: Wikimedia Commons



Plínio Salgado da Ação Integralista Brasileira no Rio de Janeiro em 1935



© Reprodução: Wikimedia Commons

A bandeira original da Ação Integralista Brasileira

Durante o Estado Novo – o período ditatorial varguista de 1937 a 1945 –, é notável um governo que se utilizou de algumas ferramentas originárias da extrema direita fascista italiana e polonesa – mesmo que o governo varguista tenha se definido como nacionalista, e não fascista. A articulação de propagandas a favor do governo e censura de opositores através da criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), perseguição aos comunistas e o exercício de apenas um partido no governo brasileiro são os exemplares da extrema direita presentes no Estado Novo.

Após Vargas ser derrubado, o exercício do pensamento da extrema direita retornou à política brasileira em 1960 através dos ideais da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) fundada por Plínio Corrêa, a qual expressava ideais conservadores e tradicionais da Igreja Católica, como o anticomunismo, progressismo na Igreja Católica e apoio a ditadura militar.

Em 1964, com base na dominação capitalista e instauração do medo da atividade comunista no país, foi aplicado o golpe militar e, novamente o país esteve em um período ditatorial. Dessa vez, a extrema direita se fez presente através de uma renovação da ideia existente desde a Era Vargas – perseguição aos comunistas – por meio de grupos sociais, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Este movimento surgiu no mesmo ano do golpe militar em São Paulo formado pela união de, principalmente, grupos estudantis de extrema direita, como os da Mackenzie e da Faculdade de Direito da USP, além de que houve treinamento do Exército Brasileiro direcionado a esse grupo.

Em contexto mundial, principalmente após os episódios marcantes da queda do muro de Berlim e o final da Guerra Fria, a direita, em si, não só se recolheu durante alguns anos, como também se reinventou. Esta reestruturação se dá por meio da formação de uma “nova” direita que se manifesta a partir do século XXI. Em 2016, nos Estados Unidos, a direita mostrou sua nova face nas eleições presidenciais através de Donald Trump, com a apropriação dos discursos de ódio e captação tecnológica – novas ferramentas políticas. Desde então, a nova direita e a extrema direita demonstram sua capacidade de dominação política no mundo inteiro, inclusive no Brasil, concretizada nas eleições presidenciais de 2018 por Jair Bolsonaro.

A “nova” direita Bolsonarista

Atualmente, a maior representação que temos no Brasil da ideologia extremista é o bolsonarismo. A história do Brasil carrega por si só um passado conservador, considerando que o golpe de 64 teve o apoio da grande imprensa. Além disso, o regime militar era bem visto pela direita, como uma espécie de “fascismo popular”, tal como o movimento pró-Bolsonaro.

A ascensão da figura de Jair Bolsonaro e de sua ideologia conservadora no país

começou muito antes da campanha de 2018. Desde meados de 2005, a grande imprensa plantou no imaginário popular críticas exageradas e ódio ao Partido dos Trabalhadores e à figura do ex-presidente Lula. O antipetismo, que surgiu principalmente pelo interesse da mídia em eleger candidatos neoliberais do PSDB, criou um monstro e foi só em 2013 que “o gigante acordou”. As manifestações de junho de 2013 começaram com críticas da esquerda em questões urbanas e sociais e se transformaram em uma tremenda organização do movimento bolsonarista que fugiu do controle da direita moderada. Segundo o doutorando em Geografia pela Unicamp Francisco Fernandes Ladeira, “a direita tradicional também não oferecia à população um discurso que pudesse solucionar determinados problemas e a extrema direita surge com soluções simples para problemas complexos”. A direita moderada que atuou na linha de frente do antipetismo não esperava por esse fator e foi assim que o PSDB conseguiu cavar a própria cova. “É interessante que o discurso da grande mídia hoje faz questão de colocar que eles não têm nenhuma parcela de culpa do bolsonarismo”, afirmou o especialista.

Depois de 2013, com a organização da extrema-direita, dos protestos contra a Dilma em 2014 e do impeachment da presidenta, o movimento bolsonarista estava montado e pronto para entrar em ação. O atual presidente Jair Bolsonaro começou a aparecer na mídia com falas preconceituosas e se colocou à mostra para a classe média que compactua com o preconceito e o ódio ao PT. Quando lançou sua candidatura em 2018, Bolsonaro soube usar das ferramentas da mídia para chegar à presidência.

Apesar de ter baseado a campanha de 2018 majoritariamente em *fake news*, em 2022 essa estratégia não teve sucesso, por uma série de motivos. Fato é que a extrema-direita consegue se manter através de uma ferramenta criada pela própria mídia, que é a das bolhas sociais. “Quanto mais as pessoas vão se fechando em bolhas, a tendência é que elas se radicalizem”, explica Ladeira.

Eleições de 2022 e a consolidação ideológica do discurso

O primeiro turno das eleições de 2022 não apenas serviu para mostrar a força do bolsonarismo, mas também para revelar o espaço consolidado que o discurso da extrema direita tem ganhado no país. Para além dos votos válidos destinados ao presidente Jair Bolsonaro (PL), o retrato do senado, das bancadas federais e estaduais amalgamou um Brasil profundo, no qual a agenda ultraconservadora se impôs de forma organizada, fortalecendo-se.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dentro da câmara federal o PL elegeu 99 cadeiras com candidatos da direita bolsonarista frente aos 14 governadores bolsonaristas também eleitos. Uma das explicações acerca desse avanço e que só pode ser comprovada nas urnas foi o peso do voto envergonhado, o qual, ao passo que a direita foi perdendo o medo, a fatia desse eleitorado apareceu.

Para a cientista política da Universidade Federal de São Carlos, Maria do Socorro, “a extrema direita é coesa, com uma pauta bastante consistente”, sendo essa firmeza precursora para que eles estruturam suas estratégias diante do eleitorado. Ao mesmo tempo que essas ideias são reacionárias, elas “emitem para o eleitorado sinais muito consistentes de qual é o programa que eles estão defendendo”, enfatiza Socorro.

A saída do partido PSDB do campo ideológico é significativo para o espectro político, visto que o seu desaparecimento como um partido “de centro que atuava no campo da moderação”, abre margem para que a ala bolsonarista e de extrema direita entre cada vez mais no campo político, afirma o doutor e docente de ciência política na FGV-SP, Marco Antônio Teixeira.

Apesar desta consolidação, o historiador Valter Pomar, em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, ressaltou que “há mais de 56 milhões de brasileiras e de brasileiros que consideram que a saída para a crise nacional é pela esquerda”. E esse diagnóstico demonstra que, por mais eficaz que seja o discurso da extrema direita, ainda sim há uma parcela dos eleitores que discordam da agenda promovida pelo ultraconservadorismo brasileiro.



Atos contra
o regime
democrático

© Cadu Rolim/Fotoarena

Jornalismo é Resistência

Na semana anterior às eleições, estudantes da PUC-SP realizaram a 44ª Semana de Jornalismo com atividades pró democracia

Por Artur dos Santos, Maria Ferreira dos Santos, Marina Daquanno Testi, Marina Figueiredo e Rafaela Reis Serra

Diante do cenário de precarização material e moral da profissão no Brasil, estudantes de jornalismo da PUC-SP realizaram a 44ª Semana de Jornalismo com o mote “Jornalismo é Resistência”, entre os dias 24 e 28 de outubro. Com a situação na qual a democracia do país e do mundo se encontra, os discentes optaram pela aproximação das mesas realizadas a assuntos políticos como: a cobertura da questão ambiental, jornalismo de guerra, contra-hegemônico, investigativo, musical, violência contra a mulher ou mesmo a íntima relação entre jornalismo e democracia.

Ao decorrer do evento, também foram realizadas duas atividades imersivas: um cine debate sobre o documentário *A Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha* (2019), de Pablo López Guelli e uma mesa sobre cobertura esportiva, promovida no auditório do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu.

No meio da programação, aconteceram dois eventos os quais o curso e o Centro Acadêmico Benevides Paixão de Jornalismo (Benê) apoiaram: o *Ato em Defesa da Democracia e do Brasil com Lula e Haddad*, no TUCA e a *Roda de Conversa e a Cerimônia da entrega do Prêmio Vladimir Herzog*, um dos mais importantes de reconhecimento do trabalho jornalístico.

Durante as discussões, foi evidenciada a importância do jornalismo e de sua atuação como um serviço à sociedade e à manutenção de um estado democrático, assim como sua condição de oposição e a do profissional da imprensa como um “eterno desconfiado”.

A precarização da profissão e o ataque aos profissionais da imprensa foram assuntos que permearam a maioria das mesas. Jornalistas relataram a dificuldade de se conseguir apoio dos veículos em matérias investigativas “de fôlego” em diversas áreas. A garantia de direitos básicos, como a responsabilidade pela proteção do profissional por parte de seu veículo, e mesmo condições básicas de apoio a reportagens também foram demonstradas insuficientes por parte de relatos dos convidados.

“O jornalista tem a comunicação na veia”



© Rafaela Reis Serra

A mesa de abertura tratou sobre assessoria e comunicação institucional. “A Outra Face do Jornalismo” contou com as convidadas Hélia Araújo (Comunicação Governo de São Paulo), Leila Gasparindo (Trama Comunicação), Bianca Custodia (Zaru Comunicação), e mediação da professora Vânia Penafieri.

O assunto em destaque foi a relação do jornalismo e contratantes. Gasparindo disse que as empresas não devem falar de diversidade se não ter essa política aplicada. “Não adianta ter um discurso vazio, tem que colocar em prática.”

Já Araújo, comentou sua atuação na fase pandêmica: “Descobrimos que *fake news* mata. Boa parte da pandemia tivemos que desmascarar as *fakes*. Foi difícil.” E acrescentou que o que ela faz não é política, mesmo trabalhando no Governo de SP. “As minhas convicções não interferem no meu trabalho.”

“A Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha”



© Vanessa Reis Serra

O Cine Debate, tradicional na Semana, desta vez foi além: o diretor do documentário *A Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha*, Pablo Guelli, esteve presente na exibição. O professor Mauro Peron e o Benê foram os mediadores da mesa, que também contou com a presença do docente e cientista político, Lúcio de Almeida.

O longa trata sobre a relação da imprensa como meio de influência da opinião pública sobre as manifestações de 2013, e a estigmatização da esquerda pela mídia. A produção traz entrevistas explicando o contexto político, e mostra como a imprensa brasileira é dominada por apenas seis famílias, o que influenciou a ascensão do bolsonarismo e da extrema-direita.

Pablo comentou que a escolha do nome do filme foi após os manifestantes dos protestos direitistas proferirem tal frase. Além disso, segundo ele, a inspiração surgiu após perceber que uma onda extremista estava dominando o Brasil. “Senti que deveria fazer alguma coisa”.

“A gente tá de olho em coisas que a grande imprensa não está”

A mesa de jornalismo contra-hegemônico contou com Nadine Nascimento (Alma Preta Jornalismo), Gil Mendes (Ponte Jornalismo) e Gabriela Silva de Carvalho (Agência Mural). Nadine, editora do Alma Preta, disse que o veículo “denuncia o estado”, mas também que “a gente [população preta] não é só dor”.



© Felipe Assis

Os jornalistas expuseram a dificuldade de se obter fontes por serem de veículos contra-hegemônicos, além de já terem sofrido ameaças e perseguição. Para eles, é positivo que os temas que produzem pautem grandes jornais e emissoras, pois o jornal contra-hegemônico gera uma esfera pública de debates.

“A população tem o direito à informação”



© Rafaela Reis Serra

“Jornalismo Fora do Eixo” foi a mesa que tratou de jornalismo investigativo. Contou com a presença de Bruno Paes Manso (autor do livro *A República das Milícias*, 2020), Thaís Nunes (criadora do documentário *PCC – Poder Secreto*, 2022), Paulo Zocchi (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas) e foi mediada pelo professor Marcos Cripa.

Thaís Nunes, nascida na periferia de São Paulo, afirmou que “sempre quis tornar públicas as histórias que acontecem para além das pontes, e que os jornalistas são “eternos desconfiados”. O que a motivou a seguir a profissão foi o Massacre do Carandiru. Sobre o momento atual, afirmou que foi inocente ao não achar que a democracia era tão frágil.

Bruno Paes Manso conta que, sem querer, entrou para a área de investigativo, e que presenciou uma “geração de guerra em São Paulo”, momento no qual a

metrópole era muito violenta, com ciclos de vingança que chegavam a durar anos. Manso, em suas pesquisas, afirmou que “quanto mais incompetente o governador, mais as milícias conseguem mandar”, completando que quem manda no Rio de Janeiro é o crime.

A presença de Paulo Zocchi trouxe um balanço interessante ao debate, pois tratou de direitos que jornalistas têm ao exercerem a profissão, além de lembrar que “empresas que controlam o mercado brasileiro de informação não respondem como empresas de comunicação propriamente dita”, gerando conflitos éticos em suas atuações.

“São Paulo, à noite, é música”



© Julia Takahashi

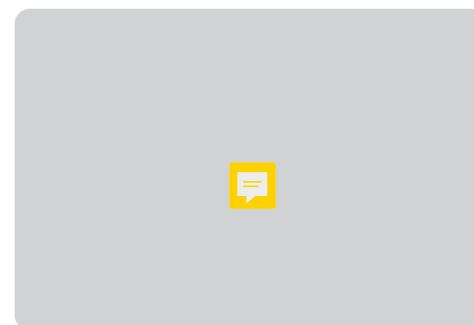
A mesa de Jornalismo Musical foi a primeira na história do evento a tratar do assunto. Com a presença de jornalistas da grande mídia, de veículos alternativos e de grande renome na cena do jornalismo musical, os convidados relataram experiências de cobertura de eventos como Rock in Rio e Lollapalooza, assim como a escrita de livros sobre discos marcantes da música brasileira - como o livro *Chico Science & Nação Zumbi - da Lama ao Caos* (2019), de Lorena Calabria, uma das presentes no debate.

Jairo Malta, jornalista da Folha de S. Paulo, responsável pelo blog “Sons da

Perifa” contou sobre a dificuldade de se fazer matérias imersivas de movimentos culturais periféricos do Brasil: “o ideal é ir lá e fazer uma imersão”. Quanto à escrita, Jairo diz que o ideal é “tentar jogar a pessoa lá dentro”.

Sobre a cobertura de manifestações culturais no Brasil, Adriana de Barros (TV Cultura), afirma que “às vezes a gente esquece dos sotaques da música brasileira”, que tem a vastidão de expressões como uma de suas características.

“Não tem como discutir refugiados climáticos sem questionar interesses econômicos globais”



© XXXX

A mesa S.O.S. Meio Ambiente contou com a presença de Pagu Rodrigues, socióloga integrante da Comissão de Povos Indígenas da OAB/SP e representante do povo indígena Fulni Ô. Segundo ela, a luta ambiental é a sua própria condição de existência. Também compuseram o debate as jornalistas Ana Carolina Amaral (Folha de S. Paulo) e Giovana Girardi (Rádio Novelo), com mediação do professor Cristiano Burmester.

A discussão criticou como a questão ambiental é tratada pela grande mídia, que não utiliza linguagem acessível e torna o assunto cada vez mais nichado. Além disso, ponderaram existir quem “escorregue na simplificação e despolitize” o assunto.

As jornalistas afirmaram que o assunto é angustiante e que a comunicação positiva não transmite à população a urgência com a qual esse deve ser tratado. Giovana e Ana Carolina também denunciaram a dificuldade de obter apoio das redações para a realização de investigações para a escrita de matérias com mais “fôlego”.

“A gente é jornalista esportivo no Brasil, a gente trata do melhor produto de exportação do país”

© Maria Angela Di Sessa



O Museu abriu as portas para os estudantes de jornalismo da casa conhecerem, além da mostra principal, a exposição temporária *22 em Campo – 100 anos de futebol e modernismo no Brasil*. Após a atividade, a mesa “Como é cobrir uma Copa do Mundo?”, mediada por Elias Novellino, foi composta por Mariana Spinelli (ESPN), Eduardo Tironi (Grupo Bandeirantes), Thiago Uberreich (Jovem Pan) e Mauro Betting (TNT Sports e SBT), cuja participação foi online por estar no Equador cobrindo a final da Copa Libertadores.



© Yasmin Solon

Spinelli falou sobre como é complicada a relação com o futebol e os acontecimentos fora dele. “O Atlético Mineiro tem um técnico acusado de estupro, porém conquistou um título e foi o dia mais feliz da vida do meu pai.”

Para Tirone, o jornalismo é uma paixão maior do que o esporte, e “a notícia deve sempre estar em primeira mão”. O jornalista aponta que “tem uma hora que o jornalismo bate na sua porta”, e que o serviço que presta para a sociedade deve ultrapassar a paixão pelo esporte.

“O jornalismo existe para defender a democracia”



© Julia Takahashi

Com mediação do professor Aldo Quirga, “A Resistência Jornalística em Tempos de Crise”, foi a mesa que tratou sobre jornalismo e seu papel na democracia. Maria Carolina Trevisan, cuja especialidade é a cobertura de política e direitos humanos, afirmou que o jornalismo é uma arma contra a ascensão da extrema-direita no Brasil e que ela causa medo há alguns anos desde o impeachment da

ex-presidente Dilma, em 2016. Para ela, a democracia só iria se fortalecer, ao ponto de não achar que teria um presidente que quisesse acabar com o jornalismo.

Cristina Zahar, secretária executiva da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), teve uma fala similar, caracterizando a profissão como de risco durante o governo Bolsonaro, além de uma reação a esse cenário opressivo: “o risco é existir, é trabalhar, fazer pauta de direitos humanos.”

Para Gabriel Priolli, antigo professor da PUC-SP e conselheiro do Instituto de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros, o jornalismo continua como sempre sendo de crise por seu caráter transformador numa sociedade muitas vezes conservadora. Segundo ele, o que quebra a similaridade entre a ditadura militar e o conservadorismo dos últimos anos é o caráter quase populista de Bolsonaro, e o impacto disso no meio digital. “De certa forma os dois momentos são iguais. É a mesma turma. A característica desse fascismo é diferente e precisamos entender.”

Sérgio Gomes, fundador da Oboré e integrante do Conselho Deliberativo do Instituto Vladimir Herzog, coloca em discussão a passividade do jornalismo: afirmou que a área sofre uma autocensura e usou como exemplo a cobertura precária de informações das manifestações de Junho de 2013 e a falta de interesse por alguns jornalistas sobre determinados temas. “Tem que meter o nariz onde não foi chamado, tem que ser xereta.”

“Guerrilha total”

A mesa foi composta pelos jornalistas Yan Boechat (Grupo Bandeirantes), João Paulo Charleaux (Washington Brazil Office), Martha Raquel (Jornalistas Livres) e Marsílea Gombata (Valor Econômico) –



© Julia Takahashi



© Lídia Rodrigues de Castro Alves

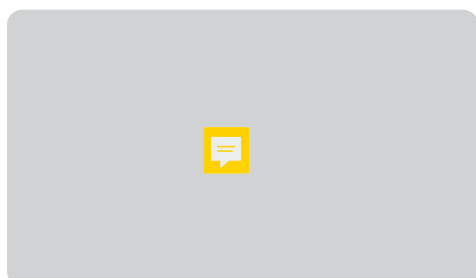
todos com experiência em coberturas internacionais - e tratou de assuntos sobre a dificuldade de se convencer as redações a fazer coberturas desse tipo, assim como os impasses de se cobrir conflitos.

Para Boechat, as complexidades de cobertura internacional, principalmente em momentos de guerra, conflitos armados e crises humanitárias, se resolvem quando há o questionamento do porquê de se estar naquela situação. Charleaux acrescentou, "Se você tem medo, é bom saber que isso é normal".

Marsílea, que tem ampla experiência na cobertura política e econômica da Venezuela, afirmou que "é impossível separar [a pessoa do jornalista], mas tem que tentar e entender que jornalismo é um serviço".

Outro assunto abordado pelos jornalistas foi a figura do *fixer* em uma cobertura internacional, principalmente em uma situação de conflito. *Fixer* é uma pessoa que tem os contatos necessários para que o jornalista consiga chegar aonde precisa para realizar a reportagem, pois "a guerra é um lugar controlado, onde há guerra, há controle absoluto", comentou Boechat. Além de contatos e tradução, essa é uma pessoa que consegue garantir a segurança do profissional e deve ser escolhida com cautela.

"O encanto do Rádio"



© Rafaela Reis Serra

Mediada por Misaki Tanaka, a mesa trouxe como integrantes os radialistas Agostinho Teixeira (Rádio Bandeirantes), Roxane Ré (Jornal USP no Ar), Débora Freitas (CBN São Paulo) e o autor do livro *100 Anos de Rádio no Brasil* (2022), Heródoto Barbeiro.

Heródoto definiu *podcasts*, serviços de *streaming* e os meios digitais no geral como uma nova forma de ouvir e fazer rádio mais veloz e participativa, não retendo a informação apenas nas mãos das grandes emissoras.

Agostinho comentou o lado negativo do processo de renovação do rádio: a facilitação do acesso popular à produção de conteúdos jornalísticos faz com que o jornalista compita com leigos, de forma que a profissão seja descredibilizada. Ele, assim como Débora, que demonstrou preocupação com o desempenho do "novo rádio" na era das pós-verdades e das *fake news*, enxerga o rádio tradicional como o veículo de comunicação de maior e mais rápido alcance, informando pessoas de todas as classes socioeconômicas antes do que qualquer outro meio.

Segundo Roxane, o radialismo está passando por uma mudança de linguagem com a inserção da ferramenta nas redes sociais, possibilitando uma variedade de conteúdos a serem consumidos, obedecendo a regra básica do alcance do meio. Além disso, ressaltou a importância do rádio na comunicação com o ouvinte.

"Violência contra a mulher é uma violência evitável"



© Sônia Xavier

A Semana foi encerrada com a mesa "Mulheres no Jornalismo: Estamos Fadas à Violência?", na qual contou com a presença da promotora de justiça Valéria Scarance, as jornalistas Chris Flor (SBT), Camila Brandalise (UOL Universa) e Simone Nascimento, também CoDeputada Estadual da Bancada Feminista, com mediação da professora Anna Feldmann.

Em palestra, a promotora Valéria Scarance ressaltou o poder que o jornalismo e o direito têm de mudar a sociedade, além da influência dos jornalistas na decisão das vítimas de violência em buscar ou não ajuda.

As repórteres do SBT e do UOL Universa reforçaram a fala de Scarance, por meio de uma autocrítica à maneira com que a mídia aborda o tema, comentando que há uma "novelização" de alguns casos e que há maneiras menos expositivas para as vítimas. Elas também comentaram sobre a misoginia que sofrem por serem mulheres jornalistas, tanto vinda do público, quanto dos próprios colegas de trabalho.

Simone, militante do movimento negro, ressaltou a importância das mulheres negras na luta por direitos civis, e, como suas colegas de profissão, denunciou o papel da imprensa no reforço da desigualdade de gêneros e a perseguição a mulheres jornalistas, principalmente durante o governo Bolsonaro.

Os 47 anos da morte de Vladimir Herzog e os atuais ataques a imprensa no Brasil

Vítima da ditadura, o jornalista brasileiro virou símbolo de resistência e da violência praticada na época da ditadura

Por Ana Carolina Coelho, Ana Kézia de Andrade, Eshlyn Canete e Laura Mello

Em 25 de outubro de 1975, morria o jornalista, dramaturgo e professor Vladimir Herzog, assassinado em uma cela do DOI/CODI, em São Paulo. O Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) era um órgão subordinado ao Exército e criado durante o regime militar para combater inimigos internos que, supostamente, ameaçavam a segurança nacional.

No dia anterior à sua morte, Herzog, então funcionário da TV Cultura de São Paulo, se apresentará voluntariamente para depor às autoridades militares. Logo após foi preso, interrogado, torturado e morto.

As autoridades da época informaram que se tratou de suicídio e publicaram uma foto em que ele aparece enforcado, segundo o laudo oficial, com a cinta do macacão que usava amarrada a uma grade a 1,63 metros de altura. Ocorre, porém, que o macacão dos prisioneiros não tinha cinto, que era retirado, juntamente com os cordões dos sapatos. As fotos do laudo oficial mostravam os pés do prisioneiro tocando o chão, com os joelhos fletidos – posição em que o enforcamento era impossível.

A versão foi comprovada como falsa por uma ação civil na Justiça Federal, em 1976. Em outubro de 1978, o juiz federal Márcio Moraes, em sentença histórica, responsabilizou o governo federal pela morte de Herzog e pediu a apuração do caso.

Em 1992, o Tribunal de Justiça do Estado considerou que a Lei de Anistia (1979) impedia a investigação. Em 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil por negligência na investigação do assassinato do jornalista.

Corte Interamericana e o Caso Vladimir Herzog

Em julho de 2009, grupos que atuam pelos direitos humanos como o Tortura Nunca Mais e o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (Cejil/Brasil), elaboraram e enviaram uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a fim de denunciar a violação sofrida pelo jornalista e seus familiares. Entre idas e vindas do processo judicial, a CIDH, em 2016, remeteu o processo à Corte Interamericana, após as “ações e omissões” do governo.

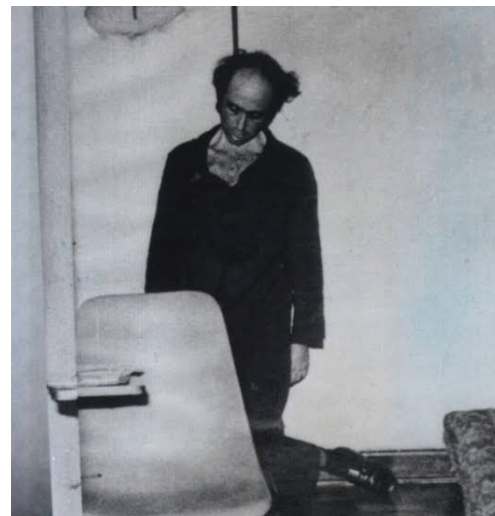
Em reparação ao caso, a Corte determinou que o governo ressarça os custos do processo da família de Herzog, tanto materialmente através de pagamento em dinheiro, quanto publicamente, reconhecendo sua responsabilidade. Além disso, exigiu que o Estado adotasse medidas para garantir que crimes contra a humanidade sejam considerados imprescritíveis. De todas essas medidas impostas, o Brasil realizou apenas uma: o pagamento.

No entanto, o Ministério Público Federal em São Paulo, em 2018, reabriu as investigações do caso e, em 2020, a procuradora da República Ana Leticia Absy apresentou denúncia contra seis pessoas pelo assassinato de Herzog. Entre elas está Harry Shibata, médico legista do caso denunciado por falsidade ideológica, e Audir Santos Maciel, comandante do DOI-CODI na época, denunciado por homicídio qualificado. A 1ª Vara Criminal Federal de São Paulo, porém, rejeitou a denúncia, declarando que a Lei da Anistia assegurava aos réus imunidade e que o crime já havia prescrito, não levando em conta as medidas determinadas pela Corte Interamericana. Dois dias após a decisão, a procuradora recorreu e o recurso ainda aguarda julgamento.

O histórico de ataque à Jornalistas no Brasil

Após o assassinato de Herzog, em janeiro de 1976, um ato de coragem foi feito por aqueles que viveram a mesma realidade. Um abaixo-assinado chamado “Em Nome da Verdade” foi escrito por 467 profissionais e recebeu 1004 assinaturas de jornalistas ao redor do Brasil. Com o objetivo de contestar o falso inquérito feito pelos militares, o documento desmentia o “suicídio” do diretor da TV Cultura ponto a ponto. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog traumatizou uma profissão e a consciência de uma nação.

Os ataques aos jornalistas ainda são problemas atuais. Nos últimos anos, o crescimento do índice de violência contra



Vladimir Herzog morto na cela do DOI/CODI, em São Paulo.

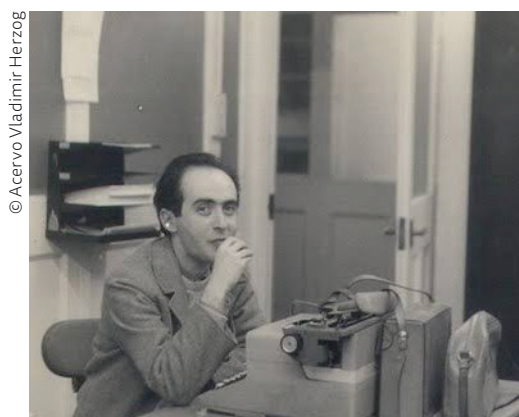
os comunicadores aumentou significativamente. O ataque à Vera Magalhães e a morte de Dom Phillips revelam a censura ainda sofrida na profissão.

Em outubro de 2022, Vera Magalhães, apresentadora do programa Roda Viva, na TV Cultura, foi agredida verbalmente pelo deputado bolsonarista Douglas Garcia (Republicanos), que chamou ela de “vergonha para o jornalismo brasileiro”, repetindo a mesma frase do presidente Jair Bolsonaro. O político ainda questionou o salário da jornalista e filmou o ataque com o objetivo de constranger e intimidar Vera. Nesse momento, porém, o jornalista Leão Serva tirou o celular da mão dele e arremessou longe.

Esse não foi o primeiro ataque à Vera. A campanha de Bolsonaro ofende as jornalistas e adversárias que acusam contra ele. Foram muitos ataques produtos da misoginia, sexismo e notícias falsas. A cobertura eleitoral vem se tornando insegura e sem respeito à liberdade de imprensa pelos políticos.

A violência contra o jornalista britânico Dom Phillips foi ainda mais pesada. O colaborador do *The Guardian* desapareceu junto com o indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira, em 5 de junho. Dez dias depois os irmãos Amarildo Oliveira e Oseney Oliveira confessaram o assassinato do jornalista e do indigenista. Dom viajava pela Amazônia a fim de relatar a crise ambiental brasileira e os problemas das comunidades indígenas.

Em 2019, em um evento sobre a região Amazônia o atual presidente disse a ele: “Primeiro, vocês têm que entender que a Amazônia é do Brasil, não é de vocês” e, logo após, o britânico ficou conhecido como o jornalista que foi alvo de ataques de Bolsonaro.



Jornalista Vladimir Herzog, morto pela ditadura

© Reprodução: Memorial da Democracia

A imprensa deveria fazer mea culpa?

Empresas jornalísticas praticam deliberadamente a questão do esquecimento de fatos, principalmente, se tratando dos países do Sul Global

Por Rafaela Reis Serra

Há uma teoria de que as matérias jornalísticas do mundo são regidas pelo chamado Agendamento (ou em inglês; agenda-setting), no qual os grandes conglomerados midiáticos julgam quais notícias são mais importantes divulgar em detrimento a outras. Isso ocorre, principalmente, se tratando de incidentes nos países do chamado Sul Global, dentre eles a Colômbia.

A hipótese criada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970 identifica que as empresas midiáticas destilam as notícias as quais julgam mais relevantes, geralmente por questões que abrangem seus interesses particulares, sobretudo, interesses econômicos: tanto para vendas de seus conteúdos quanto para questões que possam mudar o establishment. Segundo Bernard Cohen, em 1963: "Na maior parte do tempo, [a imprensa] pode não ter êxito em dizer aos leitores como pensar, mas é espantosamente exitosa em dizer aos leitores sobre o que pensar".

Para Sandra Lefcovich, responsável pela comunicação da delegação regional do Comitê Internacional das Cruz Vermelha (CICV), embora a Colômbia esteja na América do Sul e seja vizinha do Brasil, conhecemos menos o país do que deveríamos. "Achamos que a imprensa não fala tudo o que deveria cobrir. Não fala da importância da Colômbia para a região e o que o país está vivendo hoje".

O país passou por manifestações violentas, estima-se mais de 60 mortos, devido à política de austeridade do governo do ex-presidente Iván Duque, cuja população está assolada pela fome, miséria, desigualdade social e desemprego.

O jornalista e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

José Arbex Jr., esclarece os antecedentes que culminaram na crise atual, levando a população civil, indígena e camponesa a ser expulsa em grande número de suas próprias terras. "Existem dois fatores: o primeiro é uma tentativa de grupos de latifundiários ampliarem seu controle sobre

uma área cada vez maior e, para isso, eles têm que expulsar as populações indígenas e camponesas de suas terras; outro processo é a chamada Guerra às Drogas promovida pelos EUA" que, segundo o professor, é um pretexto para enviar tropas norte-americanas para a Amazônia, para militarizar a região e também controlar completamente o exército colombiano.

As Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) foi um grupo guerrilheiro fundado na década de 60 por camponeses, após o governo, à época, enviar o exército para a comunidade rural de Marquetália. Com inspiração socialista que se propõe a lutar contra o imperialismo norte-americano e pela criação de um estado marxista, as atividades do grupo encerraram-se após o acordo de paz firmado com o governo em 2016, porém outras organizações guerrilheiras, como o Exército de Libertação Nacional (ELN) e outros formados pelos dissidentes das Farc, ainda existem na região.

na qual não se dá conta da situação em muitos departamentos do país. Se for para áreas periféricas, a realidade de conflito é cotidiana para a população que vive lá".

O (não) poder da mídia

O cientista político fala que não há muita visibilidade sobre a deterioração do bem-estar da população colombiana que está incapacitada do direito de ir e vir devido aos conflitos. "Não há muita repercussão internacional, tampouco na Colômbia. A imprensa não reporta muito, com exceção de alguns. Estamos tentando mostrar mais essa realidade mantendo sempre a percepção de neutralidade do CICV."

De acordo com Arbex, a mídia vende uma narrativa de que a operação de guerras às drogas é legítima e a imprensa sempre irá dizer que é preciso combater os extremistas da guerrilha comunista, reforçando a narrativa de que o financiamento do terrorismo é através do tráfico de drogas.

"A mídia procura mostrar que a guerra às drogas é um processo necessário, que é inevitável que o faça e que as guerrilhas são as praticantes da violência. Dizem que é preciso militarizar esse combate e os EUA estão lá para ajudar a fazer isso", expõe o docente.

Apesar de alguns avanços, Caraffi revela: "Agora estou aqui há um ano, na minha terceira missão na Colômbia. Conheci duas 'Colômbias' diferentes da que estou vivenciando agora."

Ao fim, o jornalista afirma que a mídia na Colômbia é controlada pelo capital, comandada pelo dinheiro proveniente dos narcóticos e pelos latifundiários, citando que as narrativas são sustentadas pelos grandes veículos do mundo inteiro, os quais não questionam o conteúdo da guerra às drogas no contexto geral, justificando a matança aplicada por essa política. "A agenda-setting é resultado desse processo, da concepção de que você vai controlar as drogas por meios militares, o que já se mostrou completamente equivocado no mundo inteiro e particularmente na Colômbia, inclusive porque os militares são corrompidos pelas drogas."



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Segundo Lorenzo Caraffi, chefe da Delegação do CICV na Colômbia e cientista político, não existe paz no país após o acordo de cessar-fogo de 2016 entre o governo e as Farc, conflito que durou 52 anos. "Em 2016, as consequências humanitárias dos conflitos armados não-internacionais que existem no país estão subindo de maneira extrema. Hoje em dia, existem pelo menos cinco conflitos não-internacionais na Colômbia".

Lorenzo explana que na Europa fala-se muito que a guerrilha mais antiga do mundo deixou de existir, que a Colômbia está em paz e é uma percepção que existe em muitos lugares: "Hoje em dia, se você mora em Bogotá ou na parte central do país, você pode viver uma vida bastante normal,

Metroviários buscam garantia dos steps em mobilização que chega ao primeiro mês

Trabalhadores da categoria expõe dificuldades que surgiram a partir das privatizações do Metrô

Por Beatriz Porto, Gabriela Thier e Giovana Oliveira

O Sindicato dos Metroviários e Metroviárias de São Paulo está em mobilização desde setembro deste ano, por conta de um acordo descumprido em relação aos "Steps". O termo se refere a uma regulamentação para diminuir a desigualdade salarial na categoria, cujo pagamento está atrasado para mais de 550 funcionários desde 2020.

A mobilização começou após uma declaração do Metrô, que afirmou que não pagaria os Steps no dia 31 de agosto, conforme o acordo firmado no Tribunal do Trabalho. Ao invés disso, o pagamento seria feito àqueles que tivessem uma melhor avaliação de desempenho.

Em nota, o Sindicato explicou que mesmo os funcionários e funcionárias que conseguiram uma nota adequada na avaliação, não tinham previsão de receber o pagamento.

Diversas assembleias aconteceram a partir do descumprimento do acordo, para decidir como seria feita a mobilização. Apesar das sugestões de greve imediata, foi decidido, por votação, que seria feita uma ação jurídica contra o Metrô pelo não cumprimento do acordo.

O processo foi orientado pela então presidente do Sindicato, Camila Ribeiro, que defendeu a não realização de greve. "A definição de greve não é a melhor estratégia, muito provavelmente chegaríamos no tribunal, levaríamos julgamento pela greve e teríamos menos espaço para levar o mérito do que a gente tá disputando", explicou. No entanto, até o fechamento desta reportagem, nenhuma ação foi tomada.

O atraso no pagamento dos Steps é o principal problema relatado pela categoria. No entanto, não é o único motivo de indignação dos metroviários.

Thiago Barison, mestre e doutor pela USP e integrante do departamento jurídico do Sindicato dos Metroviários de São Paulo afirma: "A reintegração de pessoas que foram demitidas, direitos de organização no local de trabalho, mais contratações, defesa de determinada escala de revezamento de jornada de trabalho e equiparação salarial são outras questões discutidas".

Os funcionários não são os únicos afetados. No acidente ocorrido na estação Trianon-Masp, onde uma passageira com deficiência visual caiu nos trilhos, o motivo alegado foi "falha humana na comunicação", por não ter funcionários na plataforma para auxiliá-la naquele momento.

Com a privatização e terceirização do Metrô, os funcionários não recebem salários adequados e têm acúmulo de funções. Ronaldo Campos de Oliveira, operador de trem desde 1987, em entrevista ao **Contraponto**, explica que muitas vezes os funcionários realizam funções que deveriam ser cumpridas por mais trabalhadores e que, para exercer alguns dos trabalhos, não passaram pelo treinamento adequado.

"Lutamos, somos demitidos, perseguidos, cassados e atacados", explica o trabalhador. Apesar dos ataques, os funcionários continuam batalhando para conseguir melhorar a situação da categoria. Atualmente, a luta é para que o prédio do Sindicato dos Metroviários de SP não seja demolido, pois o terreno foi vendido.

"A gente tenta melhorar pelo menos a condição de trabalho para nós mesmos e para que os usuários possam descer e embarcar no trem em segurança", complementa Oliveira.

História do Metrô

Em 1968 iniciou-se a obra da primeira linha de metrô da cidade de São Paulo. Devido a rápida expansão e do grande fluxo migratório com destino à capital paulista, percebeu-se a necessidade de implantar um sistema de transporte que pudesse aliviar o trânsito das principais vias e fazer a ligação eficiente entre as diferentes zonas da cidade.

Inicialmente foi feita uma pesquisa de mapeamento de onde deveriam passar os trilhos para locomoção básica. O projeto da Linha 1- Azul previa ligar as zonas norte e sul da cidade, passando por 20 estações, entre elas o centro de São Paulo. Notou-se a eficácia do novo meio de transporte, portanto, a necessidade ampliar o número de linhas e aprimorar as estações.

Hoje, 54 anos após o início da construção, o Metrô de São Paulo conta com mais de 89 estações divididas em seis linhas. Mesmo com a expansão dos trilhos pela capital paulista, ainda há linhas em construção, como a Linha 6 – Laranja, que ligará o bairro do Morro Grande até a estação São Joaquim, também em construção.

Muito mais do que a tecnologia, a funcionalidade do Metrô deve-se aos mais de três mil funcionários, segundo dados da reportagem do G1. Os funcionários trabalham para garantir que

os trens funcionem de maneira eficiente e possam atender aos milhões de passageiros do metrô todos os dias.

Com a construção dos trilhos por São Paulo, os trabalhadores viram a necessidade de criar um órgão representante da classe para que suas reivindicações fossem ouvidas. Nasceu, então, o Sindicato dos Metroviários e Metroviárias de São Paulo.

A história do Sindicato dos Metroviários

Até sua fundação oficial, em 1981, o Sindicato dos Metroviários surgiu inicialmente como Metrô-Clube, em 1970. O movimento continha apenas 311 associados, os quais sentiam a falta de engajamento da categoria na união dos empregados.

Cinco anos mais tarde, foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários de São Paulo (AEMESP), que se encarregava de organizar assembleias para discutir as questões trabalhistas e promover lazer e integração entre os funcionários.

No mesmo período foi criado o jornal Plataforma, o principal meio de comunicação das decisões do Metrô para seus contratados. À época, a principal conquista do movimento foi a implementação do bilhete de serviço, que garantiria passe livre aos funcionários, em 1980.

Em 1981, os membros da Associação decidiram se reunir para estabelecer uma diretoria provisória e escrever um estatuto sindical. As principais reivindicações à época eram o estabelecimento do piso salarial de até três salários-mínimos com reajuste trimestral, aceitação do atestado do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), jornada de 8h de trabalho para o pátio, acesso do sindicato à empresa e uniforme para os funcionários das obras. Assim, no mesmo ano a AEMESP passou a ser oficialmente uma representação trabalhista, o Sindicato dos Metroviários e Metroviárias de São Paulo.



Fachada da sede do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

© Giovana Oliveira

Moradia é direito: a história e resistência do Movimento Sem-Teto e a ocupação 9 de Julho

Defensores do movimento que já tirou milhares de pessoas de áreas vulneráveis sofrem preconceito e marginalização

Por Fabiana Caminha, Lídia Rodrigues e Nicolas Lopes

No coração da cidade de São Paulo, a ocupação 9 de julho é hoje um importante ponto cultural e símbolo da luta pelo direito à moradia. O edifício da década de 40 ficou mais de 20 anos desocupado e passou a servir de lar para mais de 100 famílias em 1997, na primeira ocupação. A mobilização foi necessária para a solidificação do Movimento Sem-Teto do Centro, fundado oficialmente em 2001. Hoje, o movimento é responsável pela organização de outras quatro ocupações no centro da capital paulista, além da 9 de Julho.

Em seus mais de 20 anos de funcionamento, o MSTC tirou mais de três mil pessoas de áreas vulneráveis, à margem da cidade. O realojamento dessas pessoas facilita o acesso à educação, saúde, meio de transporte, cultura e possibilita a vida em uma moradia digna.

Com base nos dados fornecidos pelo MSTC, foi elaborado um esboço da realidade dos mais de 900 moradores que dependem das ocupações para terem acesso às condições básicas para a sua sobrevivência.

Há características comuns entre as pessoas que lutam pelo direito à moradia. A maioria são mulheres não-brancas. Mais de 60% das famílias do MSTC têm como titular, a pessoa cadastrada responsável pelo espaço, uma mulher.

A história de Carmen Silva, ativista do MSTC e deputada estadual por São Paulo, é similar à de outras mulheres que residem nas ocupações. Ela é nordestina, nascida no recôncavo baiano e sempre teve a origem apagada.

"Na minha certidão de nascimento está escrito 'Parda'. Mas eu não admito, eu sou filha de negra e neta de indígena. E para não morrer na mão do feminicídio, eu vim embora fugida para São Paulo", explica a ativista, que também revela que dormiu pelas ruas de São Paulo e, em um albergue, conheceu o MSTC. "Foi aí que vi um Brasil injusto, e, por mais que eu me compreendesse brasileira, eu me sentia uma refugiada aqui em São Paulo", complementa.

Os obstáculos dos movimentos defensores de moradia não são poucos. O preconceito e a marginalização dos ocupantes e militantes sempre existiu, os integrantes são julgados como vândalos e invasores.



"Venho de um meio que deturpa o MSTC", afirma Renato Haro na Ocupação 9 de Julho, em entrevista para o **Contraponto**. Apesar da imagem "monstruosa" que algumas pessoas constroem sobre o Movimento dos Sem-Teto, a moradia é um direito básico de qualquer cidadão.

O sentimento de "estrangeira do próprio país" mencionado por Silva faz parte de um projeto do Estado de exclusão de grupos populacionais. A ativista do movimento reforça que nunca achou que teria sua própria casa, porque São Paulo sempre recebe as pessoas, mas não as acolhe.

Além do grande estereótipo que foi colocado nos Sem-Teto, outro problema vivido pelos militantes e moradores de ocupações é a especulação imobiliária, um movimento que pode ser comparado ao ato de "guardar caixa". A especulação imobiliária acontece quando se compra um terreno ou imóvel e não se faz nenhum uso dele, o proprietário apenas aguarda a valorização do espaço para quando for interessante vender.

Um terreno pode ser valorizado de muitas formas, o desenvolvimento da infraestrutura da rua, como a pavimentação, a inserção de redes de esgoto, energia elétrica e água; assim como melhorias nos sistemas de transporte e, até mesmo, construções na vizinhança são formas de aumentar o valor de um determinado ambiente.

Muitos vazios urbanos surgem devido à especulação; esses lugares poderiam dar espaço a casas de cultura, parques e principalmente, moradias. "Nós temos mais de 290 mil imóveis desocupados na cidade de São Paulo e, pelo IBGE de 2010, cerca de 400 mil famílias sem moradia na

capital, essa conta não fecha", alerta Silva.

A emblemática ocupação 9 de Julho é presidida por Carmen, e situa-se no bairro da Bela Vista, na Rua Álvaro de Carvalho número 427, próxima a praça Roosevelt. O MSTC gere o local desde 2016, quando o prédio foi recuperado para as famílias desabrigadas. Atualmente, a construção repleta de plantas e grafites é o lar de mais de 120 famílias que agora desfrutam do direito à moradia digna.

O movimento preocupa-se não apenas em trazer teto, mas também em dar acesso à saúde, alimentação, cultura e ao lazer das famílias que habitam a ocupação. Por isso, a

infraestrutura do prédio da 9 de Julho conta com uma biblioteca, quadras, exposições, horta, brechó, cozinha, refeitório e outras áreas comunitárias, em que trabalham alguns dos moradores.

Aos domingos, é organizado na ocupação um almoço aberto à visitação por R\$ 40. Na refeição, são servidos pratos com carne e itens vegetarianos, preparados por diferentes chefes, além de um bar montado para os clientes e música ambiente. Também são montadas pequenas barracas de vendas de doces e outros produtos.

"Eu acompanho o trabalho da cozinha da ocupação pelo Instagram e eu sou grande fã de Carmen Virgínia, que veio cozinhar hoje" conta Danielle Spinelli em sua primeira visita ao local. "Aqui existe um trabalho muito bacana de todo o movimento dos Sem-Teto em São Paulo, de trazer uma alimentação boa, de trazer o entendimento de como se alimentar e como é produtivo se alimentar de pequenas propriedades onde se produz com uma manutenção da terra, sem muito desmatamento, e como isso é viável e possível", diz a visitante.

Para Magda Castanha, produtora e voluntária da ocupação, é importante que a luta por um lar aconteça, assim como propõe o lema do movimento, de que enquanto moradia for privilégio, ocupar é direito.

"O MSTC é um movimento necessário na cidade de São Paulo, que é uma cidade com tantos prédios sem função social esperando para serem ocupados enquanto cada vez mais pessoas se deslocam para morar na periferia, com longas jornadas para chegar ao trabalho. O movimento pretende trazer moradia digna, com acesso à saúde, educação e cultura, porque aqui dentro todas essas frentes são feitas", explica.



Ensaio fotográfico

Ensaio fotográfico

Ensaio fotográfico

Ensaio fotográfico

O descaso com a causa animal no Brasil

Apesar do crescente número de animais abandonados, as políticas brasileiras continuam a negligenciar a problemática.

Por Bárbara More, Larissa Isabella e Victor Trovão

Fome, frio, medo e dor são alguns sentimentos conhecidos por animais abandonados. Incapazes de se comunicar, eles enfrentam a maldade desde cedo, dispondo de apenas um lugar como casa, as ruas. Entre cavalos e cachorros, as mais diversas espécies encontram as faces do abandono tutelar e governamental em um país onde suas existências são invisibilizadas.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, todos os animais têm direito ao respeito e à proteção, no entanto, na maioria das vezes, isso não se configura como realidade. A cada ano, o número de animais nas ruas cresce e o quadro se agrava de forma normalizada.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, existem cerca de 30 milhões de animais abandonados no Brasil. Destes, cerca de 170 mil estão sob os cuidados de ONGs que lutam pela causa animal. Elas trabalham incansavelmente para resgatar esses animais e ajudá-los a encontrar uma nova oportunidade.

Causa Animal no Brasil

A luta pela vida dos animais no Brasil começou a ser organizada pela União Internacional Protetora dos Animais, em 1895, na capital paulista. O estado de São Paulo sempre se destacou por ter sido pioneiro na defesa dos animais, no entanto, com o decorrer dos anos, o Rio de Janeiro também passou a integrar a luta fortemente. Nascia, então, a Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, em 1907, na capital carioca.

Progressivamente, o número de pessoas envolvidas na causa animal aumentava e, simultaneamente, o ativismo também. Eles deram vozes aos animais em busca da amenização dos inúmeros maus-tratos a que os animais eram e continuam a ser submetidos. Hoje, a luta se transformou ao redor do mundo. Milhares de pessoas continuam a lutar pela valorização da vida independente da espécie e o ativismo é potencializado pelas redes sociais.



© @caosedomo

Cão resgatado pela ONG

ONG e Dificuldades

A ONG "Cão Sem dono" atua há vinte anos no resgate, tratamento e reabilitação de animais abandonados. No começo, era um sítio pequeno que abrigava cerca de dez a quinze cachorros. Hoje, ela expandiu sua atuação e conta com 250 cães no espaço de Itapeverica da Serra, somando 450 em toda a ONG. "Vontade a gente tem de resgatar todos, mas estrutura é o que falta", declara o funcionário Bruno Roberto dos Anjos.

Pelos mais diversos motivos, como mudança de residência, falta de tempo ou até mesmo a instabilidade financeira, diariamente, diversos animais enfrentam as dificuldades do abandono e de sobreviver nas ruas, avenidas e em lugares públicos. É nesses casos que a "Cão Sem dono" entra para prestar apoio e garantir que esses cachorros recebam tratamento médico, passem por adaptação - para que voltem a se tornar habilitados ao convívio doméstico - e, assim, encontrem um lar apropriado.

Contudo, Bruno destaca que não é um trabalho fácil, ainda mais com reformas em andamento. "É muito difícil a gente estar em obras e, ao mesmo tempo, tem a ração, tem que pagar funcionário, tem a situação do Brasil que é super delicada. Então, a gente remaneja, vai tirando daqui e colocando ali. A gente tem o bazar e depende de campanhas de ração."

A grande maioria dos animais abandonados nas cidades brasileiras seguem um padrão: não possuem raça definida, sendo conhecidos como vira-latas. O funcionário ressaltou que muitas pessoas não estão interessadas nesse perfil e vão atrás do que consideram o cachorro dos sonhos - que geralmente é uma fêmea, de porte pequeno, que possa viver em apartamento. "Adote sempre um cão que não tem um lar. Não vá atrás de raça, de gênero ou nada. Vá atrás do coração de um cachorro porque, por trás desses dentinhos, há sempre um coração batendo", finaliza.

Política

Para um combate mais amplo e efetivo, a causa animal também necessita de combatentes no aspecto político. Os governantes têm extrema responsabilidade na hora de garantir ao povo direitos básicos e isso também deveria englobar os animais do país.

Com uma política cada vez mais diversa e inclusiva, o meio ambiente e a pauta animal se tornaram uma cobrança da população. Nas eleições, foi expressiva a utilização da palavra "protetor" junto aos



© @caosedomo

Cão resgatado pela ONG

nomes de candidatos que, em sua maioria, são de partidos de direita.

Isso se contradiz quando analisamos as pautas ambientais relacionadas a essa direção política. A maioria dos candidatos que se colocam como defensores da causa não apresentam propostas que poderiam ser direcionadas também ao bem-estar geral da fauna brasileira, questão amplamente debatida pelos ativistas ambientais. Geralmente, são somente relacionadas aos cães e tendem a ser voltadas à castração e controle desses animais nas ruas.

Em geral, no Brasil, esse viés político tende a defender a chamada "família tradicional brasileira", o que explicaria, em partes, a razão de terem seguido o caminho da proteção animal. Afinal, para muitos conservadores, o estereótipo do formato dessa família inclui um bichinho de estimação.

Porém, levando em consideração o costume de compra de animais domésticos no país, é complicado entender quais são as propostas de proteção para os animais que não são de raça. Nas eleições de 2022, 39 candidatos assinaram a "Pauta Mínima Animalista", do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal. Entre esses, 21 concorreram ao cargo de deputado estadual, 17 a deputado federal e 1 a governador.

Nas últimas eleições, a bancada caminhou para um aumento significativo de integrantes. Em 2016, nas eleições de prefeito, vice-prefeito e vereadores, 39 candidatos com o nome de protetor foram eleitos e, desses, 30 eram mulheres brancas filiadas a partidos de direita.

Mesmo com o aumento da representatividade dentro do parlamento, essas pessoas continuam trazendo o olhar conservador que, muitas vezes, pode ser excludente. Isso reforça a questão dos animais sem raça definida, que não entram no padrão de "animal dos sonhos".

A apropriação da representatividade negra no mundo da moda

Em campanha que homenageia a cultura africana, Arezzo seleciona modelo de etnia branca para vestir as peças; entenda a problemática da atitude, comum entre diferentes marcas

Por Júlia Gomes Zuin, Matheus Monteiro da Luz e Marcelo Victorio

Arezzo e Jade Picon protagonizaram uma das campanhas mais polêmicas do mundo da moda. A ação, em homenagem aos 50 anos da empresa, trazia releituras de peças que fizeram sucesso ao longo das décadas, em que a empresária paulista entrou como modelo convidada. Jade, uma mulher branca, teve fotos divulgadas vestindo roupas com estilo africano, fato que gerou revolta e críticas à empresa.

É improvável que uma instituição de relevância como a Arezzo tenha cometido um erro – a escolha soa como algo proposital, para alavancar o engajamento da campanha. Apesar disso, a polêmica gerou um impacto negativo e reacendeu o debate sobre inclusão de negros no cenário da moda.

A palavra central do tema é “representatividade”. Em um contexto mundial plural, em que há vários tipos de etnias, culturas e resistências, a representatividade é uma construção de identidade. Características comuns de grupos, à exemplo do povo africano, são expostas e reconhecidas como aspectos típicos do que os compõem.

A identidade do povo africano é sinônimo de luta, visto que seu passado sangrento escancara a manifestação destes indivíduos pela sobrevivência. Devido a tais fatores, banalizar símbolos destes anos de conflito – da história de amor e empatia do povo africano – é um erro exorbitante. No caso da Arezzo, dentro de um contexto capitalista, ainda mais, por realizá-la com a única finalidade de obtenção de lucro – e, pior, através de uma influenciadora branca. A questão é: por quê? Não é só a marca em destaque, mas muitas outras que fogem da proposta das narrativas dolorosas de diferentes grupos e propagam exatamente o oposto.

Existe uma discussão pertinente sobre apropriação cultural. Nela, a maioria dos movimentos sociais defendem que as representações culturais não devem ser usadas quando se limitam a discursos vazios. Assim, a partir do momento em que um grupo tira vantagem de uma característica sociocultural de um povo marginalizado, a problemática é válida. Muitos fatores, como os desenhos utilizados nas estampas da campanha de 50 anos da Arezzo, carregam valores religiosos e étnicos; por isso, é indigno que se apossam deles.

Lindsay Hilário, modelo preta, destaca que já foi descartada por múltiplas marcas, por não cumprir seus requisitos:

“Principalmente por não ser padrão, fui rejeitada por ser quem sou e não favorecer, ou mesmo, satisfazer a marca e o cliente. Isso com toda certeza acontece com todas, todos e todes, mas digo em relação a minha experiência”, diz a artista.

Ao ser questionada sobre o episódio Jade e Arezzo, a modelo expõe que achou o cenário, em suas palavras, “uma grande palhaçada”: “Quando soube, fiquei muito brava, porque influenciar não é modelo profissional. Claro que foi algo absurdamente ridículo por ser uma campanha de ancestralidade e cultura preta, e outra, por ser Jade Picon. Muito fora da casa, sabe?”, conclui Lindsay indignada.

A luta de movimentos sociais e de pessoas do mundo da moda que entendem a falha de campanhas publicitárias como a da Arezzo, aparenta não ter fim. Tantas outras marcas e pessoas públicas são constantemente criticadas por suas respectivas ações ou peças polêmicas. Um exemplo disso é Tata Estaniefski que, em 2018, durante um evento da Vogue, foi fantasiada com uma máscara que remetia às mesmas máscaras que pessoas escravizadas utilizavam no período colonial. Ademais, *Dolce & Gabbana* persiste em dar destaque às brancas e magérrimas – a marca alega que esse é o seu padrão – e lança itens como “sandália de escravo” e vestidos racistas. Sendo assim, a todo momento, campanhas fundamentadas na apropriação cultural são feitas, assim como racistas, xenófobas e estereotipadas.

Quando estes comportamentos são notados e criticados pelo público, as empresas parecem seguir justificativas prontas: apagam posts, pedem desculpas rasas e afirmam um suposto compromisso da marca com pautas identitárias. Assim, novamente, destaca-se os seguintes questionamentos: episódios como estes são propositais? O que vale a discriminação e crueldade para o alcance de engajamento e visibilidade?

Apesar de situações problemáticas como essas serem regulares, é notável que, lentamente, o mundo da moda está mudando. Se antes pouco se via pessoas negras desfilando e posando para grandes marcas, hoje, após muita luta, há maior diversidade racial no contexto *fashion*.

O cenário pode até parecer desanimador, mas vitórias já foram alcançadas. Stella Jean, com 41 anos, se tornou a primeira negra no *Camera Nazionale della Moda Italiana*, organização que coordena



© Giovana Oliveira

A modelo Lindsay Hilário posa para a edição de agosto deste ano da revista Vogue

e promove a moda na Itália. Já Dapper Dan, estilista preto norte-americano, que foi levado à falência após passar por uma série de processo jurídicos contra a Gucci, se reergueu em 2017, ano em que colaborou com a própria grife italiana, que foi seu algoz no passado.

Recordemos também de Virgil Abloh – diretor artístico da Louis Vuitton, fundador da *OFF-White* – um dos estilistas mais aclamados por conciliar a alta costura das grifes europeias com a moda urbana dos anos 90. Enquanto, no âmbito brasileiro, a modelo baiana Kel Ferey é aclamada nas passarelas internacionais quando o assunto é moda sustentável. Para tal, não basta enfrentar as dificuldades de ser mulher e negra, já que alcançou as passarelas de Milão com peças eco-sustentáveis.

O cenário *fashion* mundial constantemente ameaça indivíduos de ancestralidade africana, ignorando modelos negros e apropriando-se de características do seu passado. Entretanto, avanços estão sendo conquistados: “episódios como o da Arezzo desanimam e nos machucam. Mas, em contraponto, posso dizer por todos que nos fortalece muito e nos faz acreditar mais ainda na nossa capacidade. Não vejo o preconceito apenas como um obstáculo, mas como um objetivo que me ajuda a ter uma visão de alcance e revolução.”, pontua a modelo Lindsay. De fato, a revolução está progredindo e, espaços importantes estão sendo ocupados por profissionais pretos na moda – mas ainda há de ter muita luta.

Temporada de verão 2023: passarelas voltam o foco em momentos que vão ficar para a história

De vestido feito de spray a desfile coberto de lama, coleções apresentadas fizeram sucesso nas redes sociais

Por Bianca Athaide, Helena Cardoso e Lais Romagnoli

Omês de setembro foi marcado pelas semanas de moda ao redor do mundo. Milão e Paris foram dominadas pelas fashionistas e os desfiles apresentaram as novas tendências da temporada Primavera-Verão de 2023, com diversos momentos tornando-se virais e muito populares nas redes sociais.

Ciao, Milano

O *Milan Fashion Week* (MFW), aconteceu nos dias 20 a 26 de setembro e contou com diversos momentos virais no mundo da moda. A Gucci de Alessandro Michele, por exemplo, retornou a Milão com um desfile marcante, e apresentou sua coleção com a presença de 68 pares de gêmeos idênticos.

O desfile, que foi apelidado de “*Twinsburg*”, fez uma homenagem à mãe do estilista, que é gêmea idêntica. “Sou filho de suas mães: a mãe Eralda e a mãe Giuliana. Duas mulheres extraordinárias que fizeram de sua gemelaridade o selo definitivo de sua existência. Elas viviam o mesmo corpo. Elas foram magicamente espelhadas. Esse era meu mundo, perfeitamente duplo e duplicado”, afirmou Michele em comunicado à imprensa.

Com os mesmos looks em uma passarela que era dividida por uma parede, os gêmeos desfilavam em lados diferentes e o público não tinha conhecimento do que estava acontecendo na outra metade. Quando a divisão subiu, para a surpresa dos espectadores, os pares estavam espelhados e era possível ver as duplas reunidas.

No quarto dia de desfiles, a cidade italiana recebeu a marca *Bottega Veneta*, que se destacou pela volta de Kate Moss às passarelas, vestindo peças com aparência básica. A complexidade por trás da regata branca, do jeans e da camisa de flanela usados pela supermodelo se dá através da direção criativa de Matthieu Blazy, que é conhecido por usar o couro, sem a aparência típica do couro, replicando materiais como o algodão e o jeans com técnicas específicas, executando o básico com perfeição.

Paris: a “cidade luz”

A semana da moda na capital francesa iniciou com o desfile da Dior, realizado no *Jardin de Tuileries*, criação de Catarina de Médici – rainha que foi a principal inspiração da marca nesta temporada. Catarina foi a responsável pela popularização do uso do corset e do salto alto na corte europeia, além de ter denominado o preto como cor oficial do luto, após a morte do marido,

Henrique III. A coleção abordou a renascença artística da rainha e a relação entre a moda e Paris: corsets, rendas, estampas florais, plissados, jeans e peças com estampa da “cidade luz” se destacaram.

Conhecida por sua atuação na moda sustentável, a Botter decidiu inovar e simultaneamente conscientizar no segundo dia de desfiles. A coleção apresentou ternos em variados tons de azul, acompanhados por luvas feitas de preservativo que simulavam aquários – a fim de garantir visibilidade à preservação dos oceanos. Além disso, Lisi Herrebrugh e Rushmy Botter, criadores da grife, utilizaram *Kelp*, alga marinha benéfica à saúde e capaz de absorver o CO2 de maneira eficaz, em suas peças, reforçando o desejo da marca de expandir a colaboração entre a moda e a natureza.

Expondo sua excentricidade, a *Balenciaga* produziu seu desfile diante de um cenário apocalíptico: uma passarela repleta de lama e de cores sombrias. Kanye West foi responsável por abrir o espetáculo, onde os homens vestiam trajes militares e as mulheres, trajes de gala em meio a lama. Além do cenário polêmico, a maquiagem dos modelos simulava hematomas e as condições das peças aparentavam desgaste e sujeira, o que chamou atenção do público.

“O cenário desse desfile é uma metáfora para descobrir a verdade e para ser pé no chão. Vamos deixar que todo mundo possa ser qualquer pessoa e faça amor, não guerra”, contou Demma Gvasalia, diretor criativo da marca, em sua rede social.

O nome da temporada e da nova geração

Um dos momentos mais marcantes da *Paris Fashion Week* foi o desfile da grife francesa Coperni. A marca encerrou seu desfile com a modelo Bella Hadid tendo um vestido “borrifado” em seu corpo ao vivo.

A estrela norte-americana fez sua entrada na passarela *topless* e de salto alto. A peça começa a ser feita do zero no corpo

da modelo, a partir de um líquido composto por algodão e fibras sintéticas diluídas em uma solução de polímero, que, ao entrar em contato com a pele do corpo, se transforma em um tecido similar ao látex. As partículas dispersas são vistas e se fixam quando a solução evapora, resultando no que foi exibido na passarela.

Enquanto o vestido em questão não é necessariamente apto para as vendas (ou reutilizável, para alguém que não tenha o corpo exatamente igual ao da Bella), a marca planeja deixá-lo exposto. Seu material permite que ele seja tirado como qualquer meia calça e pode ser pendurado e lavado, ou colocado de volta na garrafa como solução original, de acordo com o diretor executivo da Coperni, Arnaud Vaillant.

A Coperni foi fundada em 2013 por Sébastien Meyer e Arnaud Vaillant e ganha notoriedade pela criação de peças *prêt-à-porter* – “pronto para vestir”, em francês, qualificando o movimento na moda pós-guerra a praticidade na hora de se vestir.

O vestido, que já está marcado na história da moda, é um retorno da alta-costura com um *plus* tecnológico. Muito comparado ao desfile de 1999, de Alexander McQueen, onde a modelo Shalom Harlow surgiu em um vestido branco sem alças e com um bordado inglês no busto, cercada por dois robôs que começaram a jogar jatos de tinta, pintando seu vestido como uma tela branca enquanto ela girava em uma plataforma circular.

Outro marco também foi a participação de Bella Hadid na temporada Primavera-Verão 2023, que esteve presente em 19 desfiles. A modelo de 26 anos, é o destaque desse ano na indústria, com o início de sua carreira nos tradicionais – agora falecidos – desfiles de final de ano da *Victoria's Secret*; estando no topo das modelos mais bem pagas do mundo.

Thuany Marcante, em entrevista ao **Contraponto**, estilista e influenciadora de moda, afirma sobre Bella ser a modelo dessa geração: “Eu acredito que ela esteja seguindo nessa direção. Ela é muito dedicada ao seu trabalho e realiza ele com primor, mesmo que seja chamada de ‘nepo baby’. Além disso, em recentes entrevistas, ela foi muito sincera e aberta sobre sua vida pessoal, problemas mentais e sentimentos. E a nova geração está buscando conexões, então com certeza ela também influenciará positivamente no universo da moda”.

© Filippo Fiori/Gorunway.com; Salvatore Dragone



Bianca Athaide, Helena Cardoso e Lais Romagnoli

Alcione: 50 anos de carreira, 75 de história

Com uma vida permeada pelo desejo de cantar o amor pelo Brasil e pelo mundo, Marrom completa 75 anos em novembro.

Por Evelyn Fagundes e Maria Ferreira dos Santos

A cantora Alcione, também conhecida como “Marrom” e “Rainha do Samba”, iniciou aos 15 anos seu percurso na música. Filha de João Carlos e Felipa, a artista nasceu em São Luís do Maranhão e tem oito irmãos. Foi professora primária em sua cidade natal quando, em 1967, migrou para o Rio de Janeiro em busca da realização do seu sonho: viver da sua voz.

A artista marcou presença em diversos palcos no Brasil e ao redor do mundo. Alcione ecoou sua voz em mais de 30 países, como Japão, Rússia, França, Estados Unidos, Portugal, Uruguai, Ucrânia e Argentina.

Seus trabalhos incluem três compactos, 21 LPs, 20 CDs e nove DVDs, sendo o mais recente a produção audiovisual *Alcione Boleros*, lançada em 2016. Sua carreira rendeu diversos prêmios. Em 2003, a cantora venceu a categoria “Melhor Álbum de Samba” no Grammy Latino e, no mesmo ano, recebeu o prêmio de “Melhor Cantora Popular” da Academia Brasileira de Letras. Marrom acumula, hoje, mais de 20 *Discos de Ouro*.

No cenário machista do samba, a Rainha do Samba mostrou que o lugar da mulher pode ser para além da dança ao assumir o protagonismo dos palcos. Em sucessos como “Você me Vira a Cabeça” (1997), “Meu Ébano” (2005), “A Loba” (1997), “Estranha Loucura” (1987) e “Não Deixe o Samba Morrer” (1975), a sambista discorre sobre suas subjetividades, como relacionamentos amorosos, sexualidade, empoderamento feminino e cultura.

O lado amoroso de suas obras é motivo de orgulho para a própria cantora e isso fica nítido na peça “Marrom: O musical”. No espetáculo, que se propõe a contar a sua história, o roteiro traz a memória de que sempre foi negada aos negros a possibilidade de ser romântico e, diante desse cenário, é encenada a postura de resistência da artista com a fala: “Vou ser romântica até morrer. Eu vou cantar o amor, gostem ou não”.

Foi justamente esse aspecto de exalar o amor em suas canções que instigou o ator e diretor Jô Santana a produzir um espetáculo retratando a vida de Alcione. “Foi assim que surgiu a *Marrom*: através do afeto, através do amor”, afirmou o idealizador da peça, em entrevista ao **Contraponto**.

Desde a concepção do espetáculo, Jô Santana afirma que um dos objetivos era carregar em seu trabalho a luta por representatividade. O desejo de contar sobre as narrativas pretas também é compartilhado por Renato Araújo, produtor cultural da obra, o qual acrescenta que essa preocupação deveria ser de todos, e “não só do preto”.

“Quando você vê uma plateia de crianças de oito, nove, dez [anos] negras se vendo representadas, que te param e agradecem, vê que nós estamos no caminho certo. Esse trabalho é um legado, uma missão”, confessou Jô Santana, ao refletir sobre o impacto da representatividade no teatro.

A apresentação conta a história de Alcione de maneira interligada com outras narrativas brasileiras. Exemplo disso é a presença da figura do boi e de Cazumbá no show, em referência ao folclore de *Bumba Meu Boi*, do Maranhão. Foi vestindo uma camisa com a bandeira do Maranhão, inclusive, que Alcione se posicionou após o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, ter associado o Nordeste ao analfabetismo por conta dos resultados do primeiro turno das eleições deste ano. “O senhor precisa respeitar o povo nordestino”, advertiu a cantora, em vídeo publicado nas redes sociais.

A presença nordestina na composição não se restringe somente à cultura popular: há no palco também atores maranhenses. Santana e Araújo explicam que um dos primeiros processos para a realização do projeto foi promover um curso de teatro musical, no Maranhão e, assim, selecionar alguns participantes para integrarem o elenco.

Outra proposta de “*Marrom: o Musical*” é a parceria com o Instituto Humanistas 360 e com a Cooperativa Cuxá. Através dessa colaboração, mulheres privadas de liberdade da Unidade Prisional Feminina



© Divulgação

Com 50 anos de carreira, Alcione é uma das maiores vozes da música brasileira.

de São Luís, no Maranhão, bordaram e costuraram parte dos figurinos utilizados pelos mais de 20 atores no palco. “Não tem só espetáculo, tem inclusão também”, acrescenta Santana.

Apesar da estreia ter acontecido em agosto deste ano, o diretor vem há tempos trabalhando nesse projeto. Primeiro, ele produziu os musicais “*Cartola: O Mundo é um Moinho*” e “*Dona Ivone Lara - Um Sorriso Negro*” (2019); em que, no primeiro deles, em 2016, Alcione fazia uma participação especial e ele aproveitou a deixa para manifestar sua vontade de fazer um musical sobre ela também. Segundo Santana, a sambista respondeu que sua vida não daria um musical. “Muito louco, né”, brincou o idealizador.

A Rainha do Samba prestigiou a peça em setembro deste ano, no Teatro Sérgio Cardoso, na capital paulista, e contou, em suas redes sociais, a experiência de ter assistido à sua própria história em formato de espetáculo: “Noite de profunda emoção. Já vivi muitas coisas lindas na minha vida, mas ‘*Marrom, o Musical*’ sintetiza e coroa tudo isso”. A temporada em São Paulo se encerrou no dia 7 de novembro e, a partir desse mês, o musical deve se apresentar em outros pontos do Brasil.

Com um elenco e equipe majoritariamente negros, o musical transcende a história de Alcione ao dar espaço para a representação do Nordeste, à valorização da música brasileira, ao empoderamento feminino e às narrativas negras, mostrando que o ato de resistência pode ser, também, cantar o amor.



© Patrícia Ribeiro/Divulgação

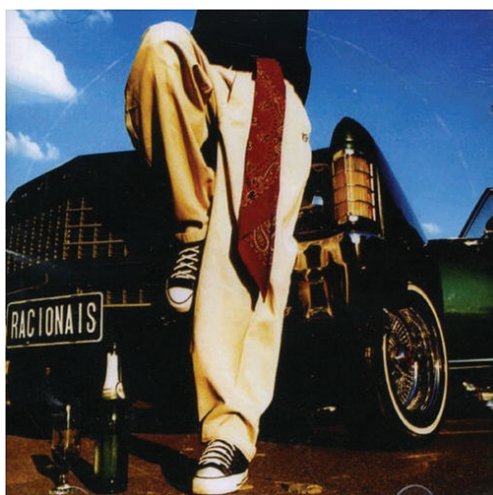
Alcione é homenageada em peça que conta sua vida e carreira.

Duas décadas do disco “Nada como um dia após o outro dia” do Racionais MC’s

Sendo apontado pelo historiador Amailton Magno de Azevedo como a obra que coroou o trabalho do grupo musical, o álbum enfatiza temas ainda contemporâneos

Por Ana Beatriz Assis, Evelyn Fagundes, Malu Araújo

O álbum *Nada como um dia após o outro dia* foi lançado em 2002 pelo grupo de rap paulista Racionais MC’s. Para o Doutor em História e professor na PUC-SP, Amailton Magno de Azevedo, o disco se trata de um grande marco para o nascimento do “rap político” que por meio das letras construiu uma linguagem musical urbana que “afirma a presença negra orgulhosa, altiva, bela e desavergonhada”.



Capa do álbum “Nada Como Um Dia Após o Outro Dia”

Para a Doutora em Ciências da Comunicação pela USP, Nara Lya Scabim, “falar hoje sobre a importância do grupo mesmo depois de 30 anos é fundamental, tanto pelo momento político que a gente vive no país quanto pela existência de uma violência policial sistemática, que atinge principalmente pessoas pobres, negras e periféricas”. As canções do grupo se conectam com os dias atuais, já que essa realidade mostrada continua recorrente.

Nesse contexto, a Mestre do IEB-USP e estudiosa dos Racionais MC’s, Rachel Sciré, atribuiu ao grupo a inauguração de uma música capaz de “dar forma estética a dinâmicas e dilemas que estruturam a sociedade brasileira”. Suas músicas enunciam a verdadeira identidade da periferia: “permeada por gente bonita, forte, trabalhadora, apegada ao seu lugar e às suas origens culturais”, conclui o professor Amailton.

E desde então, o que mudou?

As faixas do álbum até hoje são emblemáticas quando o assunto é representatividade da comunidade periférica. Para Nara, a música “12 de outubro” evidencia a realidade dos anos 2000 nas comunidades que, em alguns aspectos, não mudou porque

trata da ausência do Estado nas periferias, um fator que instaura nas comunidades um espaço que se assemelha a uma exceção: “para as populações periféricas as garantias democráticas sempre valeram menos.”

A canção de três minutos e meio de duração, segue quase o formato de uma crônica, com Mano Brown narrando eventos do dia das crianças nos bairros periféricos da zona sul de São Paulo. A música denuncia o governo como principal agente precursor da pobreza, além de expor as consequências da exposição de crianças de baixa renda à cultura de consumo. “A gente tem o governo sendo negligente e culpado por não permitir que pessoas se integrem de fato a diversas dimensões da sociedade, inclusive aquelas de consumo.” Nara ainda conclui que esses elementos materiais ainda são vistos como forma de distinção e reconhecimento social dentro das comunidades.

“ Eu num li, eu não assisti, eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama, eu sou o fruto do negro drama ”

Negro Drama, 2002

O hip-hop e o funk brasileiro até hoje bebem da fonte que o Racionais deixou como herança e os integrantes são referências a jovens periféricos e periféricas: “A transformação da forma que as próprias representações do rap são vistas nas grandes plataformas midiáticas se deve pelo menos em parte ao trabalho dos racionais.”, pontua Nara. Vinte anos após o lançamento do álbum, rappers como Djonga, Kyan e Tasha & Traice utilizam versos das canções do grupo em suas composições, como forma de homenagear as portas abertas pelos precursores da cultura preta e periférica paulista. Toda a trajetória de 30 anos será mostrada em uma série documental da Netflix que vai ser lançada no dia 16 de novembro.

Quando o Edi Rock canta em “A vida é desafio” o trecho “Ser empresário não dá, estudar nem pensar”, ele dialoga diretamente com a ausência de oportunidades presentes há vinte anos atrás. Ao comparar estatisticamente em um levantamento feito pelo IBGE em 2001, apenas 10,1% da população negra tinha acesso ao ensino superior. Já em 2018, segundo o Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 50,3% dos negros estavam matriculados no ensino superior em universidades públicas: essa mudança é reflexo de políticas públicas construídas de lá para cá.

Já em Negro Drama, o verso “Recebe o mérito a farda que pratica o mal. Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”, discute a violência policial e como isso se naturalizou na sociedade. Segundo o anuário de Segurança Pública de 2021, cerca de 84,1% das vítimas de intervenções policiais que resultaram em morte no Brasil eram negras, ou seja, a taxa de letalidade contra essa população ainda é muito expressiva.

Azevedo acredita que desde o lançamento do disco até os dias atuais muitos aspectos da sociedade se transformaram: “Às vezes a gente trabalha com uma noção de transformação que é da grande catarse na ponta do fuzil. Mas, revoluções de valores e morais muitas vezes não são assim”.

Um fator relevante para a análise do repertório do grupo é a reflexão sobre a presença de frases machistas em algumas das faixas, inclusive na música “Vida loka - parte 1”. Nessa canção, Brown aponta características do corpo feminino e as utiliza como ofensa. Quinze anos após o lançamento, quando perguntado sobre o verso de viés machista pelo *Le Monde Diplomatique*, em 2017, Brown respondeu: “Eu mudei o meu pensamento. O mínimo que eu posso fazer é pedir perdão e seguir, né? O que não pode é continuar”. Naquele mesmo ano, em entrevista à Revista *Trip*, Mano Brown afirmou que evita cantar determinadas músicas porque compreendeu o “momento do Brasil”.

Para Amailton, nas últimas décadas o feminismo tem transformado a cultura do espaço público e privado e, nesse sentido, os membros do Racionais MC’s entenderam que a mudança no pensamento se tornou necessária. “A força política que as mulheres consolidaram no século XXI é uma transformação que não se fez na ponta da baioneta, mas inundando e impregnando o debate público e o Racionais esteve atento a essas mudanças”, pontuou Azevedo.



Imagem de divulgação do documentário dos Racionais na Netflix

Estilo musical *trap* cresce na cultura periférica

Com tatuagens, tranças e joias de grife, gênero inspira nas vestimentas de jovens das periferias brasileira

Por Anna Cecília Nunes e Beatriz Tiemy

A pesar do *trap* se originar na década de 2000 em Atlanta, Sul dos Estados Unidos, foi somente nos últimos anos que o gênero musical explodiu no Brasil. A palavra “*trap*”, que pode ser traduzida como “armadilhas” em português, é uma gíria usada nos Estados Unidos para designar localidades perigosas – principalmente no Sul do país, conhecido por ser um território violento. O subgênero é derivado do *rap*, visto que suas letras integram temas que retratam realidades sociais como: política, direitos humanos, crimes, entre outros.

No Brasil, o *trap* foi introduzido na última década em Guarulhos (São Paulo) e Vitória (Espírito Santo) – há, inclusive, uma disputa sobre qual das cidades originou o gênero. Nos EUA, os principais nomes do *trap* são Travis Scott, Migos, Cardi B e Lil Peep, conhecidos mundialmente. Já no Brasil, entre os artistas que se destacam estão Raffa Moreira, Matuê e Sidoka, que influenciam na cultura periférica e no modo de se vestir dos jovens nos dias atuais.



© Reprodução: Instagram/@recayd

Matuê é uma das principais referências do *trap* brasileiro

O estilo musical só estourou de fato no país depois do surgimento de Raffa Moreira, que revolucionou a cena do *trap* ao aproximar o gênero dos ouvintes brasileiros. Seus instrumentais são marcados por graves pesados, sintetizadores, autotune e batidas marcantes, carregadas com ritmos eletrônicos. Antes disso, o grupo brasileiro Dirth South já desenvolvia *beats* inspirados no *trap*, com rimas e alguns outros componentes musicais que remetiam ao *rap*.

Depois de alguns anos, em 2018, nomes relevantes começaram a fazer barulho no meio do *trap* aqui no Brasil: Recayd Mob lançou o hit *Plaqtudum* (2018), que atualmente acumula mais de 100 milhões de acessos no YouTube, e Sidoka divulgou seu primeiro álbum, *Elevate* (2019).

João Vitor Alves (17), conhecido como Beicinho, é um cantor de *trap* que mora em Itaboraí (RJ). Em entrevista ao **Contraponto**, Beicinho explica como ele se identifica com o gênero musical, que envolve sua vida pessoal e artística. “O *trap* é um tipo de música que eu gosto de ouvir e que tem um estilo que faz todos se identificarem. Gosto de escrever, pois consigo falar na música realidades e demonstrar uma *vibe* que a galera se identifica também”.

João Vitor diz que se espelha nos grandes nomes do gênero e que se identifica no jeito de se vestir e na humildade dos cantores. “Admiro alguns pela humildade, dedicação e persistência naquilo que fazem”. Ele ainda explica como transfere a realidade em suas letras e afirma que as pessoas nunca devem abdicar dos seus sonhos. “Nas minhas músicas eu gosto de mostrar para as pessoas que elas podem alcançar seus sonhos independente da sua situação. Gosto de falar sobre coisas que ocorrem no mundo e nos bastidores da vida de quem passa por dificuldades e sempre busco relatar o quanto é importante dar valor a família e amigos.”

As interligações entre a moda e o *hip-hop* vêm desde os anos 80, quando os primeiros *beats* começaram a conquistar as ruas de Nova York, muito antes dos estilos *rap* e *trap* chegarem ao *mainstream*. A moda já tinha uma conexão muito forte com a música, usada como uma forma de extensão do estilo musical, com o objetivo de mostrar para o mundo a estética apresentada nas canções.

O *trap*, enquanto um estilo derivado do *hip-hop*, também compartilha dessa



© Reprodução: Instagram/@migos

O trio Migos foram pioneiros na popularização do *trap* de Atlanta pelo mundo todo

ligação. A moda se faz muito presente no universo das rimas, na personalidade e na construção estética dos artistas no mundo todo.

Além disso, no meio do *trap* existem diversas músicas que retratam a desigualdade social e preconceitos sofridos por determinados cantores. A ostentação ao partir de um indivíduo periférico, excluído da sociedade, negro e que passou uma vida repleta de discriminações, torna-se um símbolo de manifestação contra o sistema. As tatuagens, tranças, roupas largas e joias de grife contribuem para reiterar a cultura e estética periférica, que exibem as origens dos artistas. Os produtos ganham destaque por evidenciar o sucesso dos cantores e, consequentemente, também moldam as vestimentas dos jovens que moram nas comunidades.

Felipe Moreira (19), morador de Itaquera, Zona Leste de São Paulo, relata ao **Contraponto** que o *trap* é referência no modo de se vestir e no estilo de vida, almejado por muitas pessoas. “Eu gosto do *trap* porque, além de ser música, é um estilo de vida que muitos querem viver. Costumo utilizar suas músicas para esquecer as coisas e relaxar. O estilo dos *trappers* é umas das principais características deles e isso virou uma referência para mim também, principalmente o Thiago Veigh e Kyan, que na minha opinião são os mais estilosos da cena.”

Porque o fenômeno do *true crime* faz tanto sucesso?

O sucesso da série “*Dahmer: Um Canibal Americano*” revive problemas éticos sobre o fenômeno das mídias sobre crimes reais

Por Bianca Novais, Enrico Souto, Gabriela Costa, Luana Galeno, Nanda Querne.

Lançada em setembro de 2022, *Dahmer: Um Canibal Americano*, da Netflix, se tornou a segunda série mais assistida na história da plataforma. Apesar de tentar manter os holofotes nas vítimas, a obra reacendeu a figura de Jeffrey Dahmer para o *mainstream*, pois durante dez episódios, acompanhamos seu crescimento, seus assassinatos brutais, julgamento e morte.

Falar sobre os crimes de Dahmer, um homem gay e branco, é falar também sobre racismo e LGBTfobia institucionalizada, uma vez que as vítimas foram outros homens LGBTQIA+, majoritariamente pretos. Além da negligência da polícia, fator determinante para que o assassino continuasse impune por pelo menos 13 anos.

Em meio a um mar de produções de *true crime*, a minissérie da Netflix se destaca por propor uma abordagem alternativa: ao invés de simplesmente narrar a vida do criminoso e detalhar morbidamente seus métodos, como a maioria das obras do gênero, *Dahmer: Um Canibal Americano* aprofunda-se na história das vítimas, dando a elas um nome e um rosto. Essa foi a maneira que Ryan Murphy, criador da série, encontrou de não banalizar os atos do protagonista criminoso e não transformar seus alvos em meros números.

Porém, esse esforço se demonstrou frustrado. A família de Errol Lindsey, uma das vítimas do assassino, declarou repúdio à Netflix, afirmando que não foi consultada pelos produtores e que o retrato feito pela série foi “cruel” e “selvagem”. Além disso, depois de conquistar mais de 700 milhões de horas assistidas, a obra reviveu Jeffrey Dahmer na cultura *pop*: não só rendendo inúmeros *memes* nas redes sociais, como também uma onda de fotografias de homens brancos vestidos como o *serial killer* para festas à fantasia, reduzindo-o a uma figura lúdica e quase ficcional, como se suas ações não gerassem dor e sofrimento até os dias de hoje.

Todo esse trágico e complexo episódio, portanto, nos faz perguntar: qual é a razão para tamanho interesse em crimes reais? E é possível retratá-los em tela de maneira ética e respeitosa?

Não é de hoje

Um dos relatos mais antigos de consumo de crimes para entretenimento data do século XVIII, na Inglaterra. Os *execution broadsides* (“programa da execução”, em tradução livre) eram panfletos vendidos à

população antes da execução de pessoas que cometiam os chamados crimes capitais. À época, havia mais de 200 crimes classificados como capitais no país, entre eles homicídio, furto, sodomia e traição. Estes são um dos primeiros exemplos de literatura de rua em massa que, além da descrição dos crimes e do julgamento, continham trechos dos discursos finais dos condenados e ilustrações das execuções.

A evolução deste conteúdo, ainda na Inglaterra, ficou conhecida como *peny dreadfuls*, ou “centavos de horror”. No século XIX, a população operária recém-alfabetizada e urbanizada lia as histórias de crimes, de terror e até sobrenaturais, fossem reais ou ficcionais, com descrições gráficas de violência. Elas eram vendidas a um centavo, impressas em papel de baixa qualidade.

Foi com a massificação do interesse por crimes, violência e terror que grandes referências da literatura e da cultura *pop* surgiram, como o poeta Edgar Allan Poe e o detetive mais famoso de todos os tempos, Sherlock Holmes.

O interesse popular por crimes também inaugurou o gênero literário de romance não-ficcional. Em 1966, Truman Capote publicou o livro “*A Sangue Frio*”, que conta a história da chacina de uma família do Kansas, Estados Unidos, com detalhes tanto do crime, quanto da investigação, do julgamento e da condenação dos dois assassinos. Capote alçou ao estrelato com o título, tendo vendido mais de 100 mil exemplares só no ano de lançamento.

Influenciada pelos estadunidenses, a televisão brasileira também produziu seus próprios programas policiais no final do século XX e início dos anos 2000. *Balanço Geral*, da Record, e *Cidade Alerta*, da Band, são alguns dos programas no ar até hoje com apelo sensacionalista. *Linha Direta*, da Rede Globo, esteve no ar entre 1990 e 2007 e fazia dramatizações de casos não resolvidos, além de disponibilizar canais de contato para o público contribuir com a investigação; 380 criminosos foram presos através de denúncias do pelo *Linha Direta*.

O fenômeno

O consumo do que chamamos hoje de *true crime* tem se provado cada vez mais comum, tanto em produções de alto orçamento quanto em projetos

© Reprodução



Julgamento do criminoso na série da Netflix “*Dahmer: Um canibal americano*”

independentes. Desde que a internet se tornou uma ferramenta acessível e universal, o tema é objeto de interesse de canais do YouTube, como o de Bel Rodrigues, com mais de 960 mil inscritos, e de podcasts como o “Projeto Humanos: O Caso Evanдро”, que ganhou projeção nacional e se tornou série no Globoplay.

Estes dados demonstram com assertividade o interesse do público pelo tópico. O motivo, no entanto, não atinge um consenso. Segundo Branca Vianna, idealizadora e narradora do podcast “Praia de Osso”, é natural que as pessoas se interessem pela morte, uma vez que essa é uma das únicas certezas humanas.

Em entrevista ao **Contraponto**, ela afirma: “A morte é a grande questão da vida, então é natural que as pessoas se interessem”. A presidente da Rádio Novelo acrescentou que esse encanto e atração é o que faz com que o fim da vida seja estudado por tantas áreas do conhecimento – da medicina à filosofia e teologia –, ao mesmo tempo que continue peça central de tantas histórias, ficcionais ou não.

Essa atração é especialmente predominante em públicos femininos. De acordo com o canal *Investigação Discovery*, as mulheres compõem 70% dos seus telespectadores. E no podcast da Globoplay, “Modus Operandi”, apresentado por Carol Moreira e Mabê Bonafé, não é diferente, abarcando uma prolífica base do gênero feminino. Este fato chama ainda atenção quando se observa que nos produtos de mídia de *true crime*, uma imensa parcela das vítimas retratadas são mulheres.

A psicóloga Daiane Polizel, em entrevista ao **Contraponto**, oferece uma hipótese: “Primeiro, temos de pensar que a maior parte do público é mulher

justamente para que elas entendam mais sobre os crimes (a que estão sujeitas) e fiquem alertas aos potenciais criminosos em alguma esfera da vida delas". Evidência como a questão das mulheres tomarem conhecimento sobre esses crimes é primordial para se prevenirem deles.

Acrescentando à perspectiva de Polizel, Branca aborda uma questão em comum entre as mulheres que acompanham produções sobre *serial killers*: o medo. Logo, esse receio da rua, ou até mesmo a aflição de dentro de casa, induzem um sentimento de autoproteção feminina. Portanto, as interessando a consumir *true crime*.

Outro aspecto que induz muitas espectadoras a se interessarem por crimes reais é o senso de justiça. A psicóloga, criadora do podcast de *true crime* "Composição de um crime", menciona o quão prazeroso é poder enxergar o "cara malvado" receber o que merece no final - julgamento, prisão e, em alguns casos, execução. Ainda que contraditoriamente, inúmeras obras instigam simpatia a esses criminosos.

Branca cita também a importância de disputar o espaço do *true crime* em filmes, documentários, séries, livros e podcasts. Como a maioria das vítimas são mulheres, a violência contra elas é frequentemente não só desacreditada, mas também romantizada. Por isso, é pertinente que esses casos sejam trazidos com responsabilidade ao debate público, ao invés de ocultados. Convergingo com Vianna, Polizel acredita ser ineficaz a política de omissão nesses casos: "A gente precisa sim falar sobre isso, falar sobre esses crimes, ter conhecimento em qualquer área da vida".

Linguagem da Mídia

Uma parcela da razão pela qual conteúdos de *true crime* são consumidos dessa maneira está na forma como a mídia trata esses casos. Nas produções audiovisuais, normalmente há um retrato da mente e contexto de vida dos assassinos, o que nos faz criar afeição pelo criminoso, já que esse contexto assume com frequência a função de justificar os atos do assassino, através de retóricas como a negligência na infância. Um argumento inconsistente, visto que nem todas as pessoas que passam por traumas durante seus anos de formação se tornam psicopatas. Essa visão defensiva faz com que as famílias das vítimas, eternamente abaladas pelo trauma, sejam afetadas pela vanglorização de quem cometeu o crime. Dessa maneira, urge a necessidade de revisar o tratamento da mídia sobre esse tipo de caso.

Sobre o processo de produção de "Praia dos Ossos", Branca comentou a intenção em tentar retratar Doca Street, assassino de Ângela Diniz. "Nem demonizar, nem idolatrar. Acho fundamental que a gente não ache que esses homens violentos são monstros, porque eles são pessoas



© Reprodução: Site Praia dos Ossos

Notícia da morte de Ângela Diniz no jornal O Globo

normais. É seu irmão, seu primo, seu colega de trabalho, seu melhor amigo. São essas pessoas que batem e matam mulheres", explica.

Segundo Daiane Polizei, a retratação de um crime depende de quem está produzindo, dependendo se os criadores estão preocupados com a família, com as vítimas e em não gerar mais sofrimento para essas pessoas. Se tiverem essa preocupação, vão pedir autorização, avisar o que estão fazendo, para que os parentes se preparem. Já, se não estiverem preocupados, eles não farão nada disso e vão apenas publicar o conteúdo.

"O que eu posso fazer (como criadora) é refletir se estou me preocupando com quem está ouvindo e com quem faz parte dessa história. Então eu sempre tento, quando são casos mais atuais, entrar em contato para pedir uma autorização. A maioria não me responde, mas penso que, ao menos, fiz minha parte", afirma Polizei.

A psicóloga forense ainda salienta que é preciso tomar cuidado não apenas com a família da vítima, mas também com o círculo social do criminoso e o próprio, que também sofrem com esse tipo de exposição. Ainda assim, mesmo com cuidados como pesquisas intensas, linguagem não-sensacionalista e tentativa de contato com os envolvidos, ela acredita não ser possível criar um conteúdo totalmente responsável.

"Mesmo que eu faça uma série ou um podcast, por exemplo, tomando todos os cuidados possíveis e relatando somente o que aconteceu, ainda assim, essas pessoas vão sofrer porque serão lembradas de todos os fatos", explica a profissional. A solução, de acordo com Daiane, não é parar de criar conteúdo *true crime*, mas sim oferecer apoio psicológico para aqueles envolvidos com o caso de alguma forma.

Com Responsabilidade

A delicadeza que o tema exige em sua tratativa torna fácil que uma produção seja péssima. Por isso são tão valorizados os autores que conseguem trazer histórias tristes para a conversa de maneira respeitosa.

Branca Vianna aborda o assassinato de Ângela Diniz, em 1976, no podcast "Praia dos Ossos" com as atuais lentes da tipificação do feminicídio no Código Penal brasileiro, de 2015. Carol Moreira e Mabê Bonafé, do podcast "Modus Operandi", trazem casos nacionais e internacionais, sempre prezando pela educação de seu público sobre os processos investigativos e judiciários, além de abordarem recortes de gênero, raça, classe, orientação sexual e saúde mental que permeiam cada contexto, seja da vítima, seja do criminoso.

Tal preocupação com a divulgação correta de todas as informações que rodeiam um crime se tornou a inspiração para o livro "Modus Operandi: Guia de True Crime" (2022), que explica com riqueza de detalhes todo o processo de estudo de um crime, desde os tipos de crime, passando pelos diferentes tipos de polícias e suas jurisdições, até a condenação dos responsáveis.

Outro podcast que também se tornou livro, além de série na plataforma Globoplay, é o "Projeto Humanos: O Caso Evandro", de Ivan Mizanuk. Utilizando o mesmo título para as três mídias, Mizanuk deixa claro desde o princípio que o foco da história é buscar justiça para a vítima, ao contrário do apelido sensacionalista e condenatório que o caso recebeu nos anos 1990: Bruxas de Guaratuba.

O trabalho jornalístico e investigativo de Mizanuk lhe rendeu mais que alguns bons contratos. Em 2021, após a série do Globoplay ir ao ar, exibindo fitas com gravações dos acusados confessando o crime sob tortura, a Secretaria de Estado de Justiça, Família e Trabalho do Paraná (Sejuf) criou um grupo de trabalho para identificar falhas no processo e investigação do desaparecimento e morte de Evandro, com o objetivo de detectar violações dos Direitos Humanos e criar medidas para proteção de crianças.



© Reprodução/Divulgação

Logo do Podcast 'Praia dos Ossos'

Eu também sou uma princesa

Disney provoca polêmica ao enriquecer suas produções com maior representatividade

Por Amanda Furniel, Felipe Assis e Ester Czeresnia Taragona

Ao longo das décadas, a Disney encanta e ganha o coração de diversas gerações. Fundada em 1923, por meio de suas animações, princesas, magia e imaginação, a empresa se tornou um dos maiores nomes do entretenimento no mundo. No entanto, nem só de magia se alimenta um público. A plateia também começou a sentir falta da representatividade nas produções cinematográficas da companhia e, como resposta, a gigante norte-americana sustentou a audiência com o mínimo de esforço para atender as demandas.

Em uma pesquisa realizada nas redes sociais pelo **Contraponto**, 46% dos entrevistados afirmaram não se sentirem representados pelos grupos LGBTQIA+, racial e estética. “A maioria dos desenhos, na verdade quase todos, não mostram corpos reais, vidas reais, sexualidades. Me sinto incluída quando vejo algo do gênero”, relatou uma das pessoas ouvidas pelo levantamento.

Recentemente, foi divulgado o *trailer* do *live-action* *A Pequena Sereia*, cujo lançamento está marcado para 2023. A publicação, por sua vez, gerou polêmica após Ariel, a personagem principal do longa-metragem, ser interpretada por uma atriz negra. A audiência ficou dividida. Enquanto uma parcela do público aplaudiu a iniciativa, alegando ser um avanço da Disney, outros afirmam ser uma grande falha, e que a mudança na caracterização de uma personagem clássica teria impactos diante do imaginário de quem cresceu com a versão original do filme.

Em entrevista ao **Contraponto**, Allan Wood, ex-integrante do podcast *Papo Animado*, ressaltou a importância da representatividade nas animações e afirma que a Ariel que conhecemos vai continuar existindo, só terá mais uma opção. “Eu sempre vou defender que precisamos de novas histórias, personagens e ídolos. Porém, temos a oportunidade de atualizar alguma história. Eu acho que podemos ter a liberdade de tornar o personagem mais inclusivo, porque ele não vai deixar de existir. Temos o exemplo de *A Pequena Sereia*, que sempre foi uma princesa branca e ruiva. A mensagem que isso traz para as comunidades negras é poderosa”.

A repercussão envolvendo o *trailer* do filme gerou popularização e publicidade, levando a questionar: todo o esforço de aumentar a representatividade é, de fato, uma validação das lutas e causas sociais ou apenas mais uma forma de ganhar visualização às custas das polêmicas que geram?

“Eu sinto um pouco de falta do original, apesar de entender que é necessário para atrair o público um filme 100% novo, com personagem novo, protagonista negro, LGBTQIA+ etc. Talvez eles tivessem um problema para vender bem, ter um bom lucro, [tudo isso] ligado à necessidade mercadológica”, apontou Pedro Naine, apresentador do podcast *PodeCartoon* ao **Contraponto**.

Apesar de estar investindo no aumento da representatividade em suas produções nos últimos anos, os passos dados pela Disney não estão acompanhando o ritmo da corrida da sociedade. O canal

Cartoon Network foi responsável por exibir, em sua animação *Steven Universe*, em 2018, o primeiro casamento lésbico para um desenho animado. A animação tem um público voltado para o infanto-juvenil e conta com o protagonismo gordo e LGBTQIA+. Em comparação, a Disney, em um episódio da animação *Star vs As Forças do Mal*, separa um espaço para um breve beijo de um casal figurante gay.

“É autêntico, por parte da equipe criativa, quando pensamos na questão de marketing. Isso causa uma visibilidade como, por exemplo, com *A Pequena Sereia*, sendo uma sereia negra. Isso gera um destaque para o filme, mas também existe um ódio muito grande. Ao mesmo tempo que a Disney ganha quando ela faz esse tipo de declaração, quando ela resolve bancar uma princesa negra, ela também sabe que perde mercado”, destaca Wood.

Lançado em junho deste ano, a animação *Lighyear*, que retoma a história do personagem Buzz Lightyear, da franquia *Toy Story*, foi alvo de críticas ao retratar um beijo lésbico. Na internet, adultos questionaram como a cena seria recebida pelas crianças. Sobre a questão, Naine acrescenta: “como professor, já lecionei para crianças, e tenho conhecimento de como funciona o comportamento delas e dos pré-adolescentes. Não é por meio de um filme que você vai ser instigado a fazer algo. Se é aceitável personagens héteros se beijarem, se relacionarem, terem filhos durante os desenhos animados, não teria nenhum problema se fossem dois pais, duas mães”.

Primeiro pôster
do filme live
action da
pequena sereia



Já os filmes *Viva: A Vida é uma Festa* (2017), *Red* (2022) e *Moana* (2016), mostram diferentes culturas. Vale ressaltar a importância da diversidade cultural presente nas produções. Porém, quando analisada, a visão das culturas retratadas dentro das três animações ainda é americanizada e estereotipada, sendo apresentada de forma superficial.

Para além, não é apenas a representação cultural que é alvo de estereótipos. A Disney ainda carece na apresentação de diferentes biótipos, de modo que, por meio de suas personagens principais, continue seguindo o padrão de beleza imposto pela sociedade. Um personagem gordo, em geral, é posto como um alívio cômico ou coadjuvante, se contrapondo à mocinha magra e branca, que, na maioria das vezes, está conquistando o mundo.

Segundo Naine, falham muito sobre representatividade de biótipos corporais. 'Quando eles pegam biótipos étnicos, usam a Moana que tem um biotipo feminino de um tipo, a Mulan que, na época, tinha outro. A silhueta ainda é muito parecida, ainda são padrões, por mais que sejam tipos de beleza diferentes. Às vezes estão utilizando um nariz mais largo, mais fino, olho mais puxado, um cabelo mais crespo. O apresentador finaliza comentando que acha muito interessante essas ações, porém falta a representatividade fora de corpos padrões de mulheres magras ou homens, com um porte mais sarado.

Mas nem tudo está perdido. Apesar do longo caminho a ser percorrido, são notáveis os esforços da Disney. O filme *Encanto*, lançado em 2021, conta com uma belíssima reprodução cultural e racial, sendo motivo de alegria para as crianças que se viram dentro da telinha da televisão.

Outro marco importante na representatividade racial é um Capitão América negro. A Marvel é uma das maiores estúdios de super-heróis da atualidade, chegando a atingir mais de dois bilhões de dólares em bilheterias, com o filme *Vingadores: Ultimato* (2019). A produção foi responsável por passar o escudo do Capitão América utilizado por Steve Rogers, interpretado por Chris Evans, para o Falcão de Anthony Mackie.

Não podemos esquecer da série do *Disney Plus* inspirada em um dos maiores clássicos da Disney, *High School Musical*:



© Instagram/@katchingupwithkenzo

Foto tirada pela mãe de Kenzo Brooks de 2 anos ao ver o filme encanto

The Musical: The Series (desde 2019). Baseada na trilogia *High School Musical* (2006), a produção traz uma grande carga de visibilidade ao contar a história de oito adolescentes que fazem parte do grupo de teatro da escola. Além disso, retrata de forma leve e divertida o período da adolescência. No drama, duas protagonistas gordas são retratadas fora do estereótipo de alívio cômico. Também há protagonismo negro, e um dos casais principais é gay. *High School Musical: The Musical: The Series* é um avanço por parte da Disney no âmbito representativo, dando visibilidade para os principais grupos antes excluídos.

Para Allan Wood, "quando pensamos do lado mercadológico, a Disney não sai ganhando tanto, mas quando pensamos na questão criativa, as pessoas que estão lá dentro querendo produzir, enxergam de forma autêntica. É para olhar para a Disney além do conglomerado, mas [também] para olhar para as pessoas que trabalham ali dentro e que realmente estão preocupadas em fazer a mudança."

As pessoas querem se sentir vistas e ouvidas, querem saber que não estão sozinhas. Por anos, a Disney foi responsável por propagar padrões inalcançáveis e ditar regras sociais. Além disso, influenciou diversas pessoas a se encaixarem em uma caixa que não as cabiam, o que foi aceito pela grande massa. Mas a bolha estourou e a caixa ficou pequena demais.

High School Musical The Series com os personagens fazendo bela e a fera



© Disney

Blonde: uma redução da estrela Marilyn Monroe

No ano que marca os 60 anos da morte da atriz, Netflix lança longa-metragem baseado em rumores de sua vida.

Por Bianca Athaide, Lais Romagnoli e Laura Paro

Recheado de diversas críticas, o longa-metragem “Blonde” conta a história – ou pelo menos tenta contar – da vida da atriz de Hollywood dos anos 50, Norma Jeane Mortenson, mais conhecida como Marilyn Monroe. Por trás da fama, em sua vida privada, Norma Jeane, a mulher mais objetificada e sexualizada dessa época no cinema, passou por guerras pessoais e problemas com amor, exploração, abuso de poder e dependência de drogas.

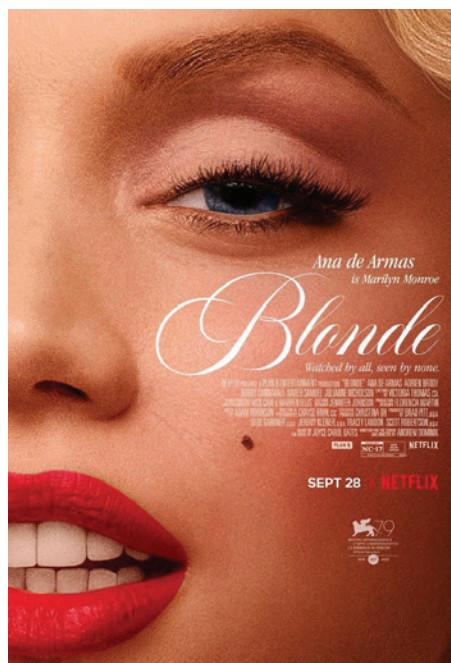
No entanto, críticos e celebridades dizem que o filme está longe de ser uma biografia da famosa atriz por retratar, na verdade, uma ideia fantasiosa sobre Marilyn: “Não estou surpresa em saber que é mais um filme que ‘fetichiza’ a dor feminina, mesmo na morte... Adoramos ‘fetichizar’ a dor feminina... Somos obcecados por garotas mortas e assassinos em série”, criticou Emily Ratajkowski, modelo norte-americana.

Andrew Dominik, diretor do filme, tentou trazer uma interpretação da vida do ícone cultural que Marilyn Monroe representa até hoje. É notório em muitas cenas o quanto a atriz tentou lutar durante toda a sua carreira para manter vivo pelo menos algum traço de sua personalidade sem que a de Marilyn Monroe – personagem criada pela indústria de Hollywood – interferisse. Porém, a persona retratada no filme é reduzida como a maior *Sex Symbol*, junto com a idealização da mulher dos anos de 1950; fato este que levou muitos a pensarem que a história de Marilyn estaria sendo retratada com desrespeito no longa.

Antes mesmo do lançamento, “Blonde” já estava rodeado de polêmicas, principalmente por conta das declarações do diretor Andrew Dominik. Ele acreditava que Marilyn havia se tornado um ícone cultural fazendo filmes que ninguém assistia. Em uma entrevista ao Instituto de Cinema Britânico, o cineasta afirmou que o clássico filme da carreira da atriz “Os homens preferem as loiras” poderia ter o seu sucesso explicado, em suas palavras: “Elas são v**** bem-vestidas. Não sei”.

O desejo de contar a história de Norma como protagonista de um conto de fadas – uma órfã perdida na floresta de Hollywood que acaba sendo consumida pelo ícone do século XX – sucumbiu sua trajetória a uma mulher adulta irrecuperável, com severos problemas de falta de afeto, abatida por uma enorme necessidade de aceitação.

O filme gira em torno de um ciclo sem fim, apresentando uma narrativa de sofrimento, solidão, objetificação e sexualização. Resum Marilyn a seus



Poster oficial do filme

relacionamentos conjugais e seus conflitos familiares. “A concepção do filme é fraca, rasa e repetitiva, justamente pela submissão dos elementos narrativos a um pressuposto, para meramente expor essa conclusão que a história já tinha de partida, e que apenas faz a personagem sofrer numa espiral de drama”, disse o jornalista com PhD em Cinema, Bruno Maya.

A falta de inclusão dos feitos da carreira de Marilyn, como exemplo a criação de sua própria produtora, *Marilyn Monroe Productions Inc*, favorece a omissão de sua inteligência e talento. Além de reforçar o estereótipo de “loira burra”, como se o sucesso do ícone hollywoodiano fosse resultado somente de sua aparência.

Outro ponto polêmico abordado na obra é o aborto. A representação de que a atriz teria realizado três abortos durante sua vida é extremamente negativa, que além de não poder ser ratificado como verídico, – já que existem poucos registros sobre o assunto – prejudica o avanço na luta feminina pela legalização. Quando a produção do filme resolveu adicionar a cena do feto perguntando à atriz: “Você não vai me machucar desta vez, vai?”, o saldo produz mais uma imagem negativa para o legado da artista.

Em meio a tantas questões, há alguns pontos que devem ser exaltados, como a atuação e caracterização de Ana de Armas, que mesmo refém de um roteiro fraco, foi capaz de transmitir a marcante personalidade de Marilyn ao público. Além disso, Ana de Armas contou que o convite para interpretar Marilyn surgiu após o diretor assistir “Bata antes de entrar”, suspense erótico que ela participou.

A fotografia e a trilha sonora do longa também receberam destaque da crítica. Quando perguntado sobre a qualidade técnica do filme, o jornalista respondeu: “Sem dúvida, a fotografia, em alguns momentos, realmente é o destaque do filme: especialmente como trabalham o preto e branco. Já a atuação de Ana de Armas é boa sim, embora tenha sido prejudicada pela história.”

O final do filme exhibe o fim da vida de Marilyn. Em sua casa, conturbada e drogada, a atriz passa seus dias alucinando. Enquanto na realidade, biografias autorizadas retratam que em suas últimas semanas de vida ela estava contente e tranquila. Morando com seu cachorro, dado de presente pelo seu amigo Frank Sinatra, com quem estava fazendo planos de gravar um filme, batizado de *Maf*, diminutivo de máfia. Uma imagem bem diferente da retratada no longa.

O filme resumiu Marilyn a uma mulher desesperada, transtornada e angustiada. A humilhou durante seus 167 minutos de duração e quase não mostrou seu lado brilhante de artista talentosa e mulher à frente do seu tempo, que inspira tantos fãs até hoje.

Uma vez Marilyn declarou: “Se você não pode lidar comigo no que tenho de pior, então você pode ter certeza que não merece o meu melhor.” E em “Blonde”, infelizmente, só foi retratado o seu pior.



Comparação da atriz Ana de Armas caracterizada (na esquerda) com a atriz Marilyn Monroe (à direita)

Os cinco anos de Pajubá e a metamorfose de Linn da Quebrada

Ao revisitar o álbum de estreia de Linn da Quebrada, de 2017, enfrentamos contradições que cercam a artista desde o início de sua carreira

Por Enrico Souto

Lina Pereira dos Santos, mais conhecida como Linn da Quebrada, foi a primeira participante trans a entrar no *Big Brother Brasil* (BBB) desde Ariadna, em 2011. Contudo, sua trajetória na edição de 2022, bem como a de qualquer travesti em um contexto majoritariamente cis, foi bastante turbulenta. Apesar de inicialmente ser bem recebida pela casa, a cantora passou por inúmeras agressões e teve sua identidade repetidamente deslegitimada pelos outros competidores – que insistiam em errar seus pronomes.

Após dias de silêncio da produção, Tadeu Schmidt, apresentador do *reality* show, reuniu todos e pediu que Lina explicasse o significado de uma de suas tatuagens: o pronome ‘ela’, escrito acima de sua sobancelha esquerda. Ao que ela respondeu:

“Eu fiz essa tatuagem, na verdade, por causa da minha mãe. Porque, no começo da minha transição, ou em parte da minha transição, a minha mãe ainda errava e me tratava no pronome masculino. Então eu falei: ‘mãe, eu vou tatuar ‘ela’ aqui na minha testa, que é para ver se a senhora não erra’”.

Em agosto, quatro meses após o fim do BBB, a página “Quebrando o Tabu” repostou um vídeo dessa resposta no Twitter, afirmando, na legenda, que Linn da Quebrada “precisou” tatuar ‘ela’ na testa, para que sua mãe lembrasse a qual pronome se referir. A artista, em poucas horas, rebateu na rede:

“Eu não precisei. Eu quis. Eu fiz porque quis. Porque assim compreendi uma maneira de desfazer, ou melhor – ou mulher –, de sentir o que poderia fazer com aquilo que fizeram de mim. Eu fiz por mim. Não fiz por nenhum outro ou outra se não por mim. Por me sentir tão eu, tão ‘chic’, tão ela”.

Contraditório, não? Ao menos, é disso que Lina foi ‘acusada’ logo depois. Seus seguidores prontamente a contestaram, visto que, na postagem, ela afirmava literalmente o contrário do que foi dito durante o programa. Mas essa é Linn da Quebrada, “contradição e movimento”, sempre pensando diferente do que já pensou e já sentiu, de acordo com a própria.

Esse não é um conflito incomum em sua discografia. A atriz e agitadora cultural se lançou na música em 2016 sob a alcunha de MC Linn da Quebrada, quando colocava-se mais próxima do funk tradicional. No entanto, em apenas um ano, ela já

transformava seu *single* de estreia, *Talento*, em um *spoken word* – quando a canção é falada ao invés de cantada – moldado pelo *voguebeat* e por uma produção – capitaneada por BADSISTA – quase apocalíptica. E, depois de experimentar esses gêneros, no disco *Trava Línguas*, de 2021, período notavelmente mais consolidado para a artista, ela mergulhava no MPB e em uma sonoridade mais macia e convidativa.

Pajubá, seu álbum de estreia, lançado em 2017, fez cinco anos em 6 de outubro e, nesse meio tempo, Linn da Quebrada metamorfoseou mais de uma vez. É verdade que a artista sempre foi conhecida por sua lírica poética e figurativa, cujas rimas passeiam pelos instrumentais como se preenchesse os papéis de uma poesia concreta. Entretanto, apesar de ser uma característica presente, este é um projeto que, sobretudo, se fortifica na incisão.

Na prática, não há espaço algum para digestão e assimilação, muito menos abertura para interpretação. Lina dá corpo ao explícito, fazendo de *Pajubá* literal em seu fundamento. O disco investe em versos debochados e uma linguagem indecorosamente obscena, de maneira a dar voz à ira e revolta que irremediavelmente permeiam sua existência. Desse modo, a artista aguça os aspectos mais desconfortáveis de sua arte, de tal forma que seja impossível ignorá-la.

“Tu vai morrer na punheta”, “se você encostar em mim faço picadinho de neça” e “quem disse que linda assim eu vou querer dar meu cu pra homem” são alguns dos versos que ela dispara diretamente aos seus opressores. Lina sempre demonstrou interesse em explorar as diferentes facetas da língua e, aqui, se apropria do *pajubá* – dialeto popular construído por comunidades LGBTQIA+, que combina palavras do léxico português informal e de línguas africanas –, utilizando-o como ferramenta de choque. Seu intuito é justamente gerar incômodo.

Então, o que mudou de lá para cá? É verdade que *Trava Línguas* dá ênfase à brincadeira com as palavras, o que fatalmente sacrifica composições mais afiadas e desafiadoras. Isso trouxe, porém, questionamentos sobre a razão dessa abordagem. Afinal, após ocupar a TV aberta, Linn da Quebrada superou a marginalidade e, para alguns, o disco pode soar como um esforço em adequar-se à estética hegemônica e cativar o público heterossexual que inevitavelmente a escuta.

Mais uma vez, contraditório? Talvez. Mas é importante ressaltar que Lina



Capa do CD *Pajubá*, de Linn da Quebrada

jamais esconde esses paradoxos e, na verdade, decide jogar com eles. Como uma espécie de ‘cavalo de tróia’, *Trava Línguas* entende o holofote em que nasce e disputa os espaços discursivos da elite, cooptando o ouvinte por uma sonoridade estrategicamente confortável para, após isso, abrir caminho à mensagem. Desviando-se da recusa que muitos teriam com os palavrões, a artista aproxima intimamente seu público da obra.

Existe o perigo dessa estratégia ser cooptada por grupos dominantes, de forma a higienizar seu discurso? Sim. Mas Linn da Quebrada assume o risco e incorpora essa complexidade à sua persona artística, assumindo que tais contradições também fazem parte do que a forma enquanto travesti. Não é à toa que ela replique suas próprias falas no *Big Brother* com tanta naturalidade. Nem homem, nem mulher. *Bixa Travesty*. As duas ao mesmo tempo.

E esse não é um movimento recente. *Pajubá* se ancora na constante contradição entre o amor e o ódio que circundam a vivência de uma travesti preta. Entre a tristeza de ser rejeitada em *A Lenda*, a raiva contra a violência que sistematicamente a afeta em *Bomba Pra Caralho* e a satisfação de transformar o sexo em uma experiência lúdica em *Dedo Nucuê*.

Linn da Quebrada, juntamente a Lini-ker, Jup do Bairro e outros nomes da Música LGBTQIA+, desenha um cenário em que esses elementos, à primeira vista inconciliáveis, possam coexistir – inclusive musicalmente, unindo *funk*, *rap*, *reggae*, *techno* e eletrônica em *beats* rasgados e industriais. Assim, revisitar *Pajubá* cinco anos depois é se deparar com a certeza de que não é possível enfrentar as injustiças da nossa realidade sem, antes, encará-las no espelho.

© Linn da Quebrada

Clima de copa

Por Júlia Takahashi

GOSTO QUANDO ENTRAMOS EM ANO DE COPA. Uma gostosa ansiedade de querer saber se o Hexa vem a cada ano de jogo, a alegria de levantar a bandeira do país, sem ter medo de ser associada a nenhuma ideologia fascista e violenta. Esse clima capaz de unir a bipolaridade brasileira, juntar amigos e família, até aqueles nem um pouco nacionalistas ou, então, entendedores de futebol, como eu.

Por muito tempo, assumi o papel de “futebol não é para mulher”, não queria jogar e muito menos entender sobre esse esporte. Eu gostava só do clima da Copa e de colecionar figurinhas. Em 2006 e 2010, eu chegava com um saco cheio de moedas na banca e saía com um bolo de pacotinhos, quase estourando o elástico.

Com o tempo percebi que, para mim, como mulher, afirmar esse “eu odeio futebol” legítima muito o que a sociedade coloca na nossa caixinha. Não precisamos amá-lo, mas entender de onde vem esse ódio. Quando as mulheres começaram a praticar o futebol, a sociedade as enxergavam como aberração, como uma das atrações de circo.

Aqui no Brasil, depois de o futebol ser ressignificado pelas jogadoras como um espaço de resistência, elas foram proibidas de jogar durante o governo de Getúlio Vargas, mas ele é amigo do povo, ninguém ia notar.

Não só isso: por anos, as mulheres foram impedidas, até mesmo, de assistir aos jogos nos estádios, pois, segundo “fontes” - talvez do próprio pensamento viril, masculino e violento -, as mulheres nasceram para procriar e cumprir seu papel: bela, recatada e do lar.

Enquanto os espaços esportivos, principalmente do futebol, são destinados aos homens, em que eles podem se expressar da maneira que bem entenderem - sendo o quão preconceituoso e violento quisessem, gritar, bater, chorar, não importa, lá era o espaço deles -, as mulheres não eram capazes disso, pois são mais “delicadas”. Mas aí fica o questionamento: não são as mulheres as loucas e as histéricas?

Enfim, precisou passar mais da metade de um século, para a FIFA (Federação Internacional de Futebol), associação que organiza esse esporte, criar a primeira Copa Mundial Feminina, em 1991.

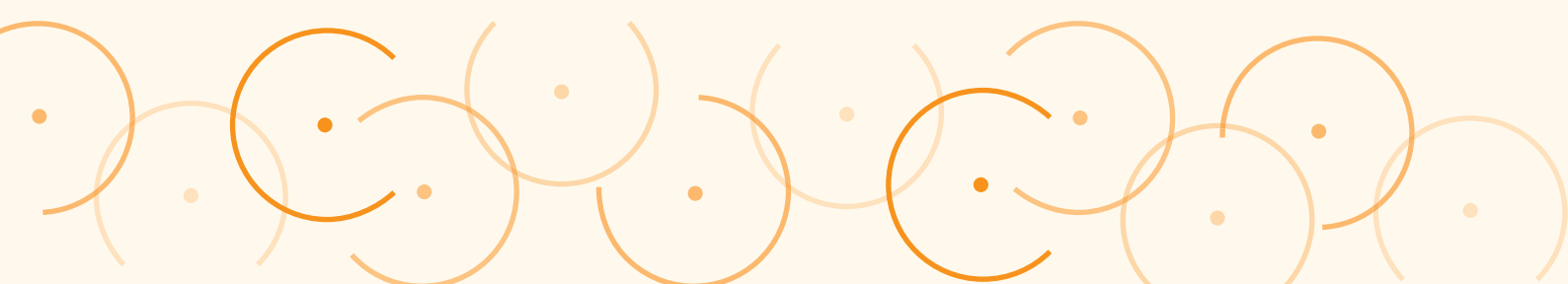
Isso não foi de um dia para o outro. As mulheres se organizaram e tiveram alguns campeonatos grandes, mas sem o apoio da Federação. Depois da resistência das jogadoras, torcedoras, representantes, finalmente temos a primeira Copa Feminina. Claro, a FIFA também não ia perder seu monopólio.

O Brasil participou da primeira edição e não fazia nem dez anos que o futebol deixava de ser proibido para elas no país. Era um momento histórico, de correr para a janela com as vuvuzelas, para torcer e vibrar por estarmos lá, era Copa do Mundo! Mas esse clima não funcionava quando era para as mulheres. O retorno talvez tenha sido pior ainda, voltaram as rotinas, sem reconhecimento, como se tivessem ido ali, jogar uma “pelada”.

Foi só na oitava e última edição, em 2019, que as atletas tiveram, pela primeira vez, os uniformes desenvolvidos exclusivamente para elas. Grande avanço, mas, até hoje, não consegui colecionar o álbum de figurinhas da Copa Mundial Feminina.

Não basta a Marta ganhar uma, duas ou seis vezes como Melhor Jogadora do Mundo, sendo a atleta mais premiada das edições, ultrapassar o “Rei do futebol” e se tornar a maior artilheira da seleção brasileira, ou marcar o gol mais bonito da semifinal de 2007. O clima da Copa é seletivo e ele não vai escolher a jogadora que mais viveu Copas no mundo, como a Formiga.

Talvez os nacionalistas e entendedores de futebol não sejam tão torcedores assim, pois, se fossem, apoiariam o país em todas as categorias. Agora eu entendo a minha revolta pelo futebol. Por muito tempo, não queriam que estivéssemos ali. Mas é ano de Copa do Mundo e torço para que o Hexa venha e que eu possa levantar a bandeira sem medo. Será melhor ainda quando eu levantá-la ano que vem, vibrando pela seleção feminina.



A falta de diversidade na Copa do Mundo do Catar

A primeira Copa do Mundo na região é marcada por abusos das autoridades e ausência de multiplicidade

Por Lucas Malagone, Fabiana Caminha, Felipe Oliveira, Helena Cardoso, Lídia Rodrigues e Matheus Santariano

Agora em novembro, no dia 20, após longa espera de quatro anos, os fãs de futebol vão reencontrar a emoção de uma Copa do Mundo, que será realizada pela primeira vez na sua história no Oriente Médio. Porém, ao invés de discussões esportivas sobre jogadores e equipes, o que vem sendo colocado à tona são as polêmicas em torno de uma competição tão plural a ser disputado em um país que muitos consideram retrógrado em suas leis e costumes.

O Catar é uma potência fora das quatro linhas no âmbito futebolístico: o poder da indústria petrolífera, aérea e tecnológica no país fez com que inúmeros *sheiks* se aventurassem no futebol, comprando times e tendo ampla participação em discussões sobre regras, questões financeiras e mercadológicas do jogo. Uma Copa do Mundo no país era considerado etapa natural, se não fosse cercada de tantas polêmica. Logo na sua escolha em 2010, antes da Copa na África do Sul, começaram a surgir denúncias de compra de votos para a escolha do Catar e de trabalho escravo nas construções de estádios para a competição.

Segundo o jornal *The Guardian*, de 2010 a 2022 cerca de 6500 trabalhadores imigrantes em condições análogas à escravidão morreram no país, equivalendo a 12 mortes por semana. Não se sabe muito as verdadeiras causas de falecimento devido a não realização da autópsia nos trabalhadores. Nos atestados de óbito a maioria constava como “causas naturais”, normalmente paradas cardíacas ou respiratórias, mas na realidade, os motivos aconteciam devido a lesões geradas por quedas de lugares extremamente altos e até mesmo suicídios devido à pressão psicológica e situação difícil em que viviam.

O mesmo jornal britânico aponta também o calor como grande vilão na morte dos trabalhadores, sensações térmicas que podem chegar entre 48-60 graus celsius. “Estresse térmico significativo” contribui negativamente para a morte dos imigrantes. “Lamentamos profundamente todas essas tragédias e investigamos cada incidente para garantir que as lições fossem aprendidas. Sempre mantivemos a transparência em torno desse assunto e contestamos as afirmações imprecisas sobre o número de trabalhadores que morreram em nossos projetos”, diz o comunicado enviado ao *The Guardian*, pelo comitê organizador do evento.

Recentemente a seleção da Dinamarca lançou o seu uniforme oficial para o torneio, protestando contra as vidas perdidas na organização do torneio. Através da sua patrocinadora oficial, a Hummel, a seleção jogará com uma camisa praticamente invisível sem mostrar o escudo da federação ou outros detalhes em um protesto contra o Catar e o seu histórico de direitos humanos.

O uniforme principal da seleção dinamarquesa para a Copa é todo vermelho. O secundário, todo branco. E o terceiro, todo preto. Tanto o brasão da Federação Dinamarquesa de Futebol (DBU) quanto a marca da patrocinadora seguem as mesmas cores, sem maiores contrastes como o da numeração.

“Esta camisa carrega uma mensagem. Não queremos estar visíveis durante um torneio que custou a vida de milhares de pessoas. Nós apoiamos a seleção dinamarquesa em tudo, mas isso não é o mesmo que apoiar o Catar como um país-sede” afirmou a Hummel em lançamento oficial, que prometeu mais mensagens ao longo do torneio nos uniformes de treino da equipe.

As questões das minorias

O Catar é um país pequeno. Da população estimada de 3 milhões de pessoas, só 10% são nativos e cerca de 25% são mulheres. O país de tamanho equivalente a metade do estado de Sergipe, é formado majoritariamente por homens estrangeiros e tem o islã como religião oficial. Essas características refletem na política e na cultura dos nativos, em especial das Qataris.

Casais homoafetivos podem pegar uma pena de até sete anos de prisão, visto que a homossexualidade é proibida no país, além da nação do Oriente Médio apresentar questões de misoginia com as mulheres, a exemplo de que elas devem ser totalmente submissas aos seus parceiros, de modo que eles controlem seus estudos, trabalhos e sua vida em geral; e da discriminação com os mais pobres nesta Copa, já que o evento é considerado ser “apenas” para os milionários.

As mulheres do país não têm liberdade equivalente à dos homens. O sistema vigente é um compilado de leis, políticas e práticas que fazem com que elas necessitem do aval de um guardião masculino

para coisas básicas. Seja para ir a um bar ou viajar para o exterior, elas precisam antes da permissão do pai ou do marido.

O recato nas vestimentas é esperado das mulheres. Apesar de não haver a obrigatoriedade do uso da burca e do *hijab* (trajes muçulmanos que cobrem o corpo e o cabelo, respectivamente), é recomendado que até mesmo turistas estejam com os ombros e joelhos cobertos ao frequentar espaços públicos.

Nesta sociedade machista, houve recentemente o caso da mexicana Paola Schietekat, que trabalhava na organização do torneio. Paola sofreu abuso sexual e ao denunciar o ato, seu agressor foi liberado e ela foi condenada a 100 chibatadas e sete anos de prisão. Com a ajuda da ONG Human Rights Watch, a mexicana conseguiu fugir do país e a pena não foi aplicada. O agressor informou que os dois eram namorados e o ato foi consentido. No Catar, o sexo fora do casamento é considerado crime e, como mulher, estaria infringindo a lei.



Paola Schietekat, a mexicana que trabalhava na organização da copa e foi duramente perseguida pelo regime do catar

Outra debate humanitário muito controverso no local é a questão LGBTQIA+. Enquanto a FIFA (Federação Internacional de Futebol), seleções e jogadores fazem campanha abertamente a favor dos direitos dessas minorias, no Catar é proibido ser homossexual, transsexual e já foi afirmado categoricamente que qualquer manifestação desse tipo no país durante a Copa, as pessoas serão presas e julgadas de acordo com as leis locais, o que gerou protestos de diversos grupos ativistas da causa e revolta de algumas seleções.

A Seleção Inglesa de Futebol, através de seu capitão, Harry Kane, afirmou a Sky Sports que irá jogar utilizando a braçadeira de capitão nas cores do movimento. “Decidimos que queremos usá-la e esse é o nosso processo de pensamento daqui para frente. Vai depender da FIFA e da FA (Federação Inglesa de Futebol) - tenho certeza de que eles entrarão em contato com eles. Ainda não ouvi nada pessoalmente, então no momento estamos na fila para usá-la, então, se algo mudar, cruzaremos a ponte quando chegar o momento”, a sua afirmação é sobre o pedido de autorização feito à FIFA, para que consiga usar a braçadeira em apoio à causa e a Inglaterra não seja multada. Outros oito países estão se articulando para usar a braçadeira e formas de protesto contra o regime catariiano.

“Nosso amor pelo futebol nos une a todos. Não importa de onde você vem, como você se parece e quem você ama. O futebol existe para todos e nosso esporte deve defender as pessoas em todo o mundo que enfrentam discriminação e exclusão”, afirmou Manuel Neuer, capitão da Alemanha.

O seu ex-companheiro de seleção, Toni Kroos, também se posicionou sobre o acontecimento de um evento tão grande em um país intolerante: “É absolutamente inaceitável”, afirmou no podcast que divide com o irmão, *Einfach Mal Luppe*. O meio campista do Real Madrid disse que considera errado que o Catar tenha sido premiado com a Copa do Mundo, mas que um boicote por parte dos jogadores dificilmente teria o efeito esperado, por isso seria importante chamar atenção para as questões polêmicas antes e durante o torneio.

Capitão da Inglaterra
Harry Kane, usa
braçadeira com a
bandeira LGBTQIA+
em forma de protesto



O alto custo da participação para o torcedor

A elitização do futebol nesta Copa também é um tema recorrente: afasta os que ajudaram a construí-lo. O tamanho de um time de futebol deve ser proporcional à sua responsabilidade com aqueles que o ajudaram a crescer, porém, o fenômeno de elitização acaba com qualquer princípio de que um dia foi válido. Uma hospedagem nos hotéis catarienses pode variar entre R\$425 a R\$26 mil por dia, de acordo com o site da Agência de Acomodação do Catar 2022 (QAA). Essa consultoria de viagem foi criada justamente para oferecer e vender pacotes para a Copa do Mundo. Hotéis com suítes luxuosas, restaurantes e shoppings dentro dos próprios estádios altamente tecnológicos (cheio de luzes e refrigeração para os jogos) e com designs futuristas, são marcos dessa copa.

O ex-jogador de futebol, Cafu, em entrevista ao *Flow Sport Club* comentou sobre uma fala do ministro do esporte em uma reunião com empresários internacionais

para tratarem sobre os preços dos pacotes da Copa. “Esses são os pacotes da Copa do Mundo e o Catar não aceita mochileiros”, diz o ministro em relação às pessoas que não terão condições de bancar uma viagem de alto custo. Os pacotes de luxo podem chegar até R\$318 mil por pessoa. Ou seja, esse projeto foi construído para realmente excluir diversas classes sociais.

Com tantas questões controversas e afronta aos direitos humanos, os protestos cresceram nos últimos meses contra a realização da Copa no país. O evento considerado por muitos o segundo maior do mundo atrás das Olimpíadas, deverá sofrer boicote de algumas cidades que se recusaram a receber as tradicionais *fan fests*. Mas também, com a FIFA fazendo campanha aberta a favor dos direitos humanos, entretanto, sediando o seu evento mais importante em um país polêmico, fica a dúvida no ar até que ponto suas lideranças realmente concordam com causas humanitárias ou apenas usufruem disso para não perder o apoio de torcedores e patrocinadores.



Operário na obra do estádio
Lusail, um dos construídos
para a Copa do Mundo de 2022